

2º Ciclo de Estudos

Mestrado em História Contemporânea

Representações da questão colonial no periódico socialista *O Protesto Operário* (1882-1891)

João Nuno Ribeiro da Silva

M

2017



João Nuno Ribeiro da Silva

**Representações da questão colonial no periódico socialista
O Protesto Operário (1882-1891)**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela
Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2017

Representações da questão colonial no periódico socialista
O Protesto Operário (1882-1891)

João Nuno Ribeiro da Silva

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada pela
Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 15 valores

À memória do Sr. Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo

Sumário

Agradecimentos	7
Resumo.....	8
Abstract	9
Introdução	10
1. <i>O Protesto Operário</i> : principais aspetos do pensamento socialista português e o surgimento do periódico.....	14
2. Representações da colonização, do colonialismo e do império colonial português.....	23
2.1 Colonização portuguesa	24
2.2 Colonialismo nos finais do século XIX e a corrida a África.....	28
2.3 O império colonial português.....	36
3. Diplomacia portuguesa relativa às questões coloniais	47
3.1 Tratado de Lourenço Marques	47
3.2 Tratado do Zaire	49
4. Conferência de Berlim.....	59
5. O Ultimato inglês	68
6. Socialistas e Republicanos: discordâncias e convergências em matéria colonial	80
Conclusão	89
Fonte e Bibliografia	93
Anexos	95
Anexo 1 – “A Conferência de Berlim”	96
Anexo 2 – “A expansão colonial”	98
Anexo 3 – “A questão colonial”	100
Anexo 4 – “Distingamos”	102

Agradecimentos

Aos meus pais que me apoiaram durante todo o meu percurso acadêmico e que me facultaram os meios e as condições que o tornaram possível.

A todos os docentes do curso de História Contemporânea, pelos seus conhecimentos, experiência e disponibilidade.

Particular agradecimento à Professora Doutora Maria Conceição Meireles Pereira cuja orientação permitiu a realização deste trabalho.

Resumo

A temática do colonialismo durante a partilha de África ocorrida nas últimas décadas do século XIX tem sido, de uma forma geral, estudada sob um prisma global ou de acordo com o contexto específico de cada país, segundo a ótica do poder estabelecido, com pouco enfoque no ponto de vista dos partidos minoritários. Com esta dissertação, pretende-se uma análise deste tema sob uma perspetiva ideológica específica como foi a do Partido Socialista Português neste período.

Este estudo analisa a informação contida em *O Protesto Operário* num período de cerca de dez anos, compreendido entre 1882 e 1891, de forma a perceber de que modo foi percecionado por aquele partido o fenómeno da colonização e do colonialismo a nível nacional mas também internacional, as discordâncias e/ou convergências com instituições e ideologias diferentes, bem como as críticas e propostas feitas em matéria colonial.

Palavras-chave: Partido Socialista Português; *O Protesto Operário*; Colonialismo; finais do século XIX; Corrida a África

Abstract

The subject of colonialism during the scramble for Africa in the last decades of the 19th century has generally been studied from a global perspective or according to the specific context of each country, namely, that of the established power, with little focus on minority political parties point of view. With this dissertation, it is intended an analysis of this subject under a specific ideological perspective as was that of the Portuguese Socialist Party in this period.

This study analyzes the information contained in the newspaper *O Protesto Operário* in a period of about ten years, between 1882 and 1891, in order to understand how the phenomenon of colonization and colonialism was perceived by that party at the national as well as the international level, its disagreements and/or convergences with different institutions and ideologies, as well as its criticisms and proposals in colonial matters.

Keywords: Portuguese Socialist Party; *O Protesto Operário*; Colonialism; late nineteenth century; scramble for Africa

Introdução

A presente dissertação pretende analisar o ponto de vista do Partido Socialista relativamente às questões coloniais de finais de oitocentos, quer a nível nacional quer a nível internacional, mais concretamente a vaga colonialista ou “corrida a África” pelas potências europeias, através das representações do seu periódico – *O Protesto Operário* –, a fonte principal deste trabalho. O período em análise inicia-se em 1882, ano em que Portugal se deparou com uma pronunciada concorrência europeia em África, mas a razão desta escolha deve-se também ao facto de ser o ano em que o Partido Socialista tentava recuperar de cisões internas graves, sendo no âmbito desta necessidade de coesão que se fundou, em março, o periódico *O Protesto Operário*, resultante da fusão de dois jornais distintos: *O Operário*, publicado no Porto de 1879 a 1882, e *O Protesto*, publicado desde 1875 em Lisboa.

A partir de 1882, segue-se toda uma conjuntura de tensão que culminaria na Conferência de Berlim (1884-1885), momento fulcral do colonialismo europeu e que viria a constituir-se como uma altura crítica para o império colonial português, que a imprensa em geral seguiu de perto e o periodismo socialista não foi exceção. O arco cronológico deste trabalho termina em 1891, ano de rescaldo do Ultimato inglês, evento que suscitou fortes reações e críticas de todos os setores da vida nacional. Pretende-se, por isso, perceber a posição daquele partido político português, as suas explicações do fenómeno colonial, bem como as suas propostas, alternativas e as principais críticas aos governos (nacionais ou estrangeiros) e às ideologias opostas à sua.

A historiografia portuguesa tende a realçar o papel do Partido Republicano durante esta conjuntura, que foi crescendo à medida que Portugal via as suas reivindicações em África saírem frustradas em detrimento de outras nações europeias, principalmente a Grã-Bretanha, cujos interesses em África colidiram, direta ou indiretamente, com os de Portugal. Esta ênfase dada aos republicanos tende a minimizar, ou mesmo a fazer esquecer, o ponto de vista de outras tendências ideológico-partidárias face às questões coloniais, como é o caso do Partido Socialista, que se elegeu para objeto de estudo do presente trabalho, o qual pretende ser um pequeno contributo para preencher essa lacuna.

Assim, a partir destas premissas, partiu-se para a elaboração de uma série de questões de investigação.

Qual o ponto de vista do Partido Socialista em relação à colonização portuguesa e estrangeira?

De que forma interpretam os socialistas os tratados negociados entre Portugal e Inglaterra durante as décadas de 1870 e 1880?

Que balanço faz o Partido Socialista da Conferência de Berlim?

Quais as principais críticas dos socialistas à política colonial dos governos da monarquia constitucional?

Quais as convergências/divergências entre socialistas e republicanos, em matéria colonial?

Que explicações e balanço apresentam os socialistas em relação ao Ultimato inglês e à situação nacional ulterior?

Serão estas as principais questões a que procuraremos responder convenientemente no âmbito desta dissertação.

Da vasta produção historiográfica sobre o colonialismo português, utilizamos sobretudo as obras de Valentim Alexandre ou em que este colaborou¹ e Ângela Guimarães², como base teórica para entender o fenómeno colonizador português e a sua evolução. Neste âmbito também contribuíram obras mais genéricas, como o quinto volume da *História de Portugal*, da direção de José Mattoso, coordenado por Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque³; fez-se também uso do capítulo nono da extensa obra de Joaquim Veríssimo Serrão⁴, sendo estas obras importantes utensílios na contextualização histórica.

A nível de obras complementares destacamos autores como Eric Axelson⁵, cujo contributo permitiu o entendimento do processo colonizador não só de Portugal mas também a nível europeu, com ênfase na diplomacia inglesa. Destaca-se, por fim, a monografia de

¹ Entre as principais obras deste autor destacam-se: ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008; ALEXANDRE, Valentim — *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979; ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000. Os capítulos de outras obras em que colaborou incluem: ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 106,112,113,114,115,116,117,120,121,122,123,124,126,127,128,129; ALEXANDRE, Valentim — Um Império Virtual in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 82-83.

² GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

³ MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, vol. 9. Lisboa: Verbo, 1995.

⁵ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

Gervase Clarence Smith⁶, obra de pendore mais económico e, como tal, um importante complemento à bibliografia de base, assim como as dissertações académicas de Miguel Patrício⁷ e de Miguel Barros⁸ que permitiram um melhor entendimento da conjuntura finissecular e, dos tratados negociados entre Portugal e Inglaterra (que culminaram no ultimato inglês), bem com os termos acordados.

No respeitante aos vários estudos do movimento operário e socialista existentes na bibliografia nacional, utilizou-se como ponto de partida a dissertação de Maria João Castro⁹, uma vez que analisa demoradamente as origens e evolução do periódico *O Operário*, que viria a estar na origem da criação do jornal *O Protesto Operário*, a fonte utilizada no presente trabalho, sendo pois de grande utilidade para o entendimento da organização e opções ideológicas dos socialistas e dos seus órgãos de imprensa neste período. Para a compreensão da evolução do movimento e pensamento socialista em Portugal, apoiámo-nos principalmente nas obras de Maria Filomena Mónica¹⁰, César Oliveira¹¹ e César Nogueira¹².

A fonte deste trabalho, *O Protesto Operário* (1882-1894), resultou da fusão dos jornais *O Operário*, do Porto, e *O Protesto*, de Lisboa. Trata-se de um periódico semanal com periodicidade regular, de quatro páginas, a que se teve acesso no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal. Este periódico teve inicialmente uma redação e administração bicéfala, em Lisboa (na Rua do João Brás) e no Porto (no Largo da Fontinha) até 13 de dezembro de 1885, mas, a partir de 3 de janeiro de 1886, e até 1891 (ano em que termina a cronologia deste trabalho), a sua sede localizou-se na capital, sendo transferida para a Calçada de S. Francisco em finais de 1887. Os dados disponíveis relativos ao seu preço datam de 1886, mantendo-se inalteráveis até 1891: o número avulso custava 10 reis, enquanto as condições de assinatura eram as seguintes: 50 reis por mês; 150 por trimestre, 300 por semestre e 600 anuais.

⁶ SMITH, Gervase Clarence — *O III Império Português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

⁷ PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

⁸ BARROS, Miguel — *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Lisboa: Ed. do autor, 2011.

⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999.

¹⁰ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

¹¹ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973; OLIVEIRA, César — *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora, 1971.

¹² NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*, vol. 1. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

Os artigos de conteúdo colonial encontrados nesta fonte são da autoria de Luís de Figueiredo (o seu principal redator a partir de 1881 e líder da ala possibilista) e Vítor de Sousa, mas, sobretudo, verifica-se uma predominância de artigos anónimos ou assinados sob pseudónimo e siglas. Sendo essencialmente um jornal de propaganda e de combate, irá concentrar os seus esforços em apelos constantes à classe operária, o seu principal público-alvo, de forma a dar coesão a um movimento difuso e frágil.

A metodologia utilizada no âmbito desta dissertação baseia-se fundamentalmente na análise intensiva da fonte. O primeiro passo consistiu na leitura atenta, mas não aprofundada, do periódico no período previamente balizado para averiguar da existência de informação substantiva sobre o tema e os seus contornos gerais. Em seguida, passou-se à construção de uma base de dados, onde constam os seguintes campos: dia, mês, ano, página, dimensão, título, autor, sinopse e observações. Nesta base de dados foi levantado um total de 46 textos, dos quais 30 são artigos sobre colonialismo que fazem a abertura da edição, enquanto os restantes 16 se distribuem de forma irregular pelas restantes páginas. Procedeu-se depois da leitura dos referidos textos à elaboração das sinopses, de forma a sistematizar a informação para posteriormente efetuar a sua análise, pelos métodos textual e intertextual, numa perspetiva de comparação e contextualização, em constante diálogo com a bibliografia selecionada.

1. *O Protesto Operário: principais aspetos do pensamento socialista português e o surgimento do periódico*

A classe operária portuguesa, na segunda metade do século XIX, estava longe de se afigurar como uma classe homogênea tal como era preconizado na teoria marxista apresentada no *Manifesto Comunista*, desde logo pela incerteza criada pelo trabalho desqualificado, a existência de pequenas indústrias caseiras e de uma indústria nacional embrionária, confinada sobretudo às cidades do Porto e de Lisboa¹³. Foi a partir da década de 1850 que surgiram em Portugal as primeiras associações operárias e com elas as pioneiras ideias de socialismo, facto para o qual contribuíram as influências da revolução francesa de 1848, mas também de pensadores como Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Pierre Leroux, Louis Blanc, Cabet, entre outros¹⁴. Nobre França considerava que o “socialismo contemporâneo — dos operários — nasceu em Portugal após o movimento da comuna de Paris”, pensando também que antes desse evento “o socialismo estava reduzido às idealizações de alguns filantropos (Sousa Brandão) às lucubrações literárias de filósofos, como Antero, ou às coagitações de uma democracia idealista”¹⁵. Também Antero de Quental defendia que a década de 1850 fora uma época dotada de um “vago idealismo sentimental”, marcando o “aparecimento da classe operária na arena política”, ainda que com “falta de organização e de educação política”¹⁶.

Desde o seu aparecimento, o movimento socialista em Portugal foi sempre débil, condicionando a ação do Partido Socialista que necessitava de uma forte base proletária (apenas possível na década de 1880) e uma economia próspera¹⁷, justamente o oposto do que se verificava no país. Outra condicionante dizia respeito à dificuldade sentida pelos socialistas

¹³ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 24. Sobre este assunto ver: SÁ, Victor de — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978; PEREIRA, José Pacheco — A origem do movimento operário no Porto: As associações mutualistas. *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981, 1.º, p. 135-151.

¹⁴ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 15.

¹⁵ Cit. por OLIVEIRA, César — *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora, 1971, p. 112. Sobre este assunto ver: ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Estampa, 1971.

¹⁶ Cit. por CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 14.

¹⁷ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 25.

portugueses em divulgar as suas doutrinas ao proletariado, conforme escrevia Nobre França em 1872, numa carta dirigida a Friedrich Engels, onde afirmava que “a maior parte da classe trabalhadora, não possuindo ideias sobre coisa alguma, nem compreendendo o que se diz e escreve, julga que a Internacional é uma associação muito rica”, “não sabendo ler a maior parte”, tendo “ideias muito confusas do Estado e da Autoridade”, não seria “apta para compreender a ideia da emancipação”¹⁸.

A década de 1870 viria, porém, a impulsionar o movimento socialista, desde logo pelo forte impacto causado pelos acontecimentos da Comuna de Paris em 1871, que inspiraria a criação das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense; seria também nesta década, no ano de 1871, que Portugal teria o seu primeiro contacto com a Associação Internacional dos Trabalhadores¹⁹, quando, em junho, três dirigentes espanhóis, Anselmo Lorenzo, Tomás González Morago e Francisco Mora, vieram a Portugal organizar “alguns núcleos de internacionalistas” de “tonalidade aliancista”, fazendo parte da “organização secreta de Bakunine”²⁰. Até ao Congresso de Haia de 1872, altura em que o marxismo adquiriu um estatuto mais dominante, Proudhon, Bakunine e os aliancistas detinham maior influência em Portugal, fação onde, aliás, existiam já várias ambiguidades ideológicas, como se verificou no caso de Antero de Quental, acusado de ter “ideias muito pouco marxistas”, valorizando a abstenção, à semelhança dos proudhonianos e bakuninistas²¹. Azedo Gneco, numa série de artigos escritos em *O Protesto Operário*, realçou este “domínio” dos aliancistas, afirmando que “a influência da aliança da democracia socialista, poderosa associação internacional, afastara irresistivelmente da política o movimento operário na sua iniciação”, vindo o programa do primeiro núcleo português a orientar-se pelo da Aliança Internacional da Democracia Socialista (1871)²². A problemática sobre qual das teses a adotar também se verificava no panorama internacional e, na sequência do Congresso de Haia de 1872, favoreceu-se a posição de Marx, que defendia a criação de partidos políticos²³ e expulsou-se

¹⁸ Cit. por MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 26-27.

¹⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 20-21.

²⁰ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 36. Sobre este assunto ver: FONSECA, Carlos — *A origem da 1.ª Internacional em Lisboa: o centenário da federação portuguesa*, 2.ª ed. Lisboa: Estampa, 1978.

²¹ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 149, 148.

²² NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 21, 33.

²³ REGO, Francisco Castro — *Princípios do socialismo à volta de Antero*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2004, p. 63.

Bakunine, conforme constava na IX resolução do Congresso²⁴. Paul Lafargue, genro de Marx, na sua qualidade de representante de Portugal no Congresso de Haia, deslocou-se a Lisboa de forma a combater a influência anarquista que se encontrava bastante enraizada, obtendo votos para os marxistas e optando também por seguir a linha marxista²⁵. Esta deliberação, porém, não foi facilmente aceite pelos “socialistas abstencionistas e republicanos”, conforme nos descreve Luís de Figueiredo: “os operários agrupados em volta do programa abstencionista mostraram absoluta repugnância pela ação política; e mesmo alguns dos mais notáveis pugnadores do socialismo científico negaram-se a aceitar a luta política”²⁶.

Uma das deliberações do Congresso de Haia de 1872, conforme escrevia Antero de Quental no *Pensamento Social*, afirmava que “o proletariado saiu definitivamente do campo vago das hipóteses, abandonando para sempre o espírito de seita”, defendendo também a ação no campo político através da “organização do proletariado” como “partido político, distinto de todos os partidos burgueses e a eles oposto”, medidas que influenciaram o movimento operário e socialista português²⁷, vindo um grupo de amigos, entre os quais se encontrava Antero, a tentar fundar um Partido Socialista em 1873, após a organização de uma Federação Socialista²⁸. Manuel Luís de Figueiredo também nos descreve a decisão da criação de um partido: “findara o ano de 1873, a federação portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores deliberou cumprir o resolvido no Congresso da Haia e constituir-se um partido político militante”, e, apesar das divergências, “ninguém pode descrever o entusiasmo de que a assembleia se apossou”, pelo que a “constituição do Partido Socialista foi votada por unanimidade”²⁹.

Só a 10 de janeiro de 1875, por insistência de José Fontana, é que nascia o Partido Socialista Português³⁰, tendo à sua frente Nobre França, Azedo Gneco, J. Caetano da Silva,

²⁴ DROZ, Jacques (dir.) — *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, vol. 3, p. 849.

²⁵ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 38.

²⁶ Cit. por REGO, Francisco Castro — *Princípios do socialismo à volta de Antero*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2004, p. 63.

²⁷ Cit. por OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 152. César Nogueira denota que houve uma evolução no pensamento de Antero, sendo que a sua influência, tal como a de Fontana, foram cruciais na influência da tese marxista sobre os socialistas, ajudando na formação do Partido Socialista Português (NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 42).

²⁸ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 49.

²⁹ Cit. por REGO, Francisco Castro — *Princípios do socialismo à volta de Antero*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2004, p. 64-65.

³⁰ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 154.

Agostinho da Silva e António J. de Oliveira³¹. Foi precisamente Nobre França o responsável por elaborar os estatutos do partido³² e a redação do seu primeiro programa, de fortes tendências proudhonianas e bakuninistas³³.

Após a sua fundação, em 1875, o Partido Socialista iria começar por orientar as suas ações no campo económico, através da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa³⁴ e, no campo político, participando em diversas disputas eleitorais no período compreendido entre 1875 e 1909, mas sempre de ação limitada, dado o elevado grau de analfabetismo das classes trabalhadoras³⁵. Igualmente no ano de 1875, no mês de agosto, foi fundado o jornal *O Protesto* sob a direção de Azedo Gneco³⁶, periódico que se tornou o órgão da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista na capital³⁷, expondo vagamente a doutrina socialista da seguinte forma: “destruir as injustiças e desigualdades sociais”, procurar “extinguir a miséria e a servidão” e promover a “luta para derrubar todos os privilégios e isenções”, propondo “constituir a humanidade numa grande família” e a “coletivização do trabalho”³⁸. Já no Porto, viria a ser fundado por membros da Associação dos Trabalhadores dessa cidade o jornal *O Operário* (1879), apresentado como um “periódico destinado a advogar os interesses dos trabalhadores”³⁹.

No primeiro programa do Partido Socialista, aprovado em 1877, após a realização do I Congresso Socialista, as ideias-chave resumem-se a trabalho, justiça e a representar os interesses do operariado contra o que se considerava serem as “violências políticas da classe dominante”; as reivindicações mais relevantes deste primeiro programa diziam respeito a horários de trabalho, aumento de salários e melhoria do nível de vida dos trabalhadores⁴⁰,

³¹ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 50.

³² OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Tipografia Afrontamento, 1973, p. 154.

³³ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 27.

³⁴ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Tipografia Nunes Lda., 1973, p. 154-155.

³⁵ REGO, Francisco Castro — *Princípios do socialismo à volta de Antero*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2004, p. 66-67.

³⁶ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 50.

³⁷ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 27.

³⁸ Cit. por MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 50-51.

³⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 45.

⁴⁰ Para os socialistas, o poder central era transitório e devia terminar de forma a possibilitar a transformação da sociedade, instaurando-se no seu lugar um Estado federal, tal como Proudhon defendia (MÓNICA, Maria

procedendo-se também à “criação de um conselho federal como centro de ação e propaganda de todas as associações socialistas; a formação de um banco como centro do movimento cooperativo” e até uma proposta para “a criação de um órgão oficial na imprensa jornalística”, entre outras⁴¹.

No ano seguinte, entre 1 e 4 de fevereiro, decorreu no Porto o II Congresso, no qual se fizeram representar 22 delegados de 17 associações, procedeu-se à fusão das associações operárias com vista a formar uma frente política e económica única, vindo o Partido Socialista Português a dissolver-se e a formar-se, em seu lugar, o Partido dos Operários Socialistas de Portugal⁴². Também neste II Congresso, optou-se pela abstenção eleitoral, estabelecida como uma condição para integrar o Partido Socialista⁴³, o que viria a constituir-se como um elemento fraturante no seio do partido.

As divergências entre os socialistas não eram por esta altura uma novidade, tornando-se evidentes na conjuntura que se seguiu às resoluções do Congresso de Haia em 1872, em que o Partido Socialista enfrentou várias “ambiguidades, equívocos e todo um conjunto de complexidades”, como por exemplo, em 1873, quando Eduardo Maia, redator do então extinto jornal *Pensamento Social*, numa conferência na Federação Académica, reduziu a doutrina socialista, “no campo económico, ao coletivismo, e no político, à anarquia”, apesar de serem já conhecidas as resoluções de Haia⁴⁴. Porém, as divergências mais sérias deram-se durante as legislativas de 13 de outubro de 1878, nas quais os socialistas portuenses, contrariando as resoluções do Conselho Central, decidiram concorrer às eleições apresentando Nobre França como candidato, provocando uma cisão no Conselho Central⁴⁵. A este respeito, Oliveira Martins escreveu em *O Protesto* que “alguns dos nossos companheiros do Porto, movimentados por um sentimento de demasiada confiança e de entusiasmo irrefletido, abalançaram-se a entrar na luta”, lamentando também que não obstante haver “50 homens que, apesar das influências dos patrões e a tentação dos compradores de votos, souberam, e quiseram, guardar a sua honra”, esses mesmos “eram 50 apenas numa cidade onde há 2.000

Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 50-52).

⁴¹ NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 72.

⁴² NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 77, 80.

⁴³ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 27-28.

⁴⁴ Cit. por OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 153.

⁴⁵ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 28.

ou 3.000 operários fabris”, demonstrando “a falta de organização” e “a fraqueza de sentimento de solidariedade da classe operária como partido político”⁴⁶. Somente em 1879 é que se solucionava a situação de crise no partido, quando, de 22 a 25 de março, em sessão secreta, se realizou em Lisboa o III Congresso, onde se procedeu à revisão dos estatutos⁴⁷ e se estabeleceu que o “partido nunca mais se abstenha de concorrer à luta eleitoral”⁴⁸.

Na década de 1880, o movimento operário era pois bastante heterogêneo, coexistindo nele várias tendências ideológicas, nomeadamente proudhonianas, marxistas e anarquistas⁴⁹, bem como uma corrente possibilista afetada pelas reivindicações de hegemonia marxista no movimento⁵⁰. O jornal portuense *O Operário* também refletia esta diversidade, com artigos da autoria de Carvalho e Cunha ou Manuel José Martins, que defendiam a importância da luta económica, enquanto outros, como José Ribeiro (ou João Ricardo, como assinava por vezes) e Guedes de Oliveira privilegiavam a luta política⁵¹. Por sua vez, o órgão dos socialistas em Lisboa, *O Protesto*, também partilhava deste ecletismo ideológico; Bessa de Carvalho afirmou que nesse periódico (tal como no seu congénere portuense) se defendiam as doutrinas “perfilhadas por Lassalle, Marx, Malon, Andrea e Costa”, assim como de Oliveira Martins e Antero de Quental⁵². Apesar destas divergências, a missão comum de ambos os periódicos é apresentada a propósito de uma carta enviada em 1881 pelo Partido Socialista ao Congresso Socialista Universal de Zurich, afirmando: “*O Protesto* e *O Operário*, órgãos oficiais do partido, ao mesmo tempo que defendem e estimulam o princípio associativo, são jornais de combate e professam a teoria económica da apropriação coletiva dos meios de produção, apesar de se limitarem, pelo momento, a exigir a prática do programa do partido”⁵³. Por esta altura, o movimento socialista começava a alastrar-se, realidade que essa mesma carta referia: “Se bem que não possamos afirmar um recrutamento constante de adeptos para o Partido

⁴⁶ Cit. por NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964, p. 85.

⁴⁷ A 25 de maio deste ano surge o jornal socialista portuense, *O Operário* (CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 28-29).

⁴⁸ Cit. por OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 158.

⁴⁹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 57.

⁵⁰ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 60.

⁵¹ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 57.

⁵² CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 61.

⁵³ Cit. por OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 165-166.

Operário, é certo que as associações multiplicam-se”, e, nesse mesmo ano, fundou-se em Coimbra o Centro Operário, com o nascimento do seu primeiro jornal, *A Oficina*⁵⁴.

Outros sinais de discordância interna verificaram-se também nos finais de 1881, quando, por exemplo, no IV Congresso, o Conselho Central do partido ficou dominado por portuenses; houve também cristações relativas ao programa partidário, com uma ala possibilista, cuja prioridade era a luta económica, oposta à ala marxista, que favorecia a luta política⁵⁵. Por esta altura, José Ribeiro procurava aplicar o “centralismo democrático” ao partido, numa tentativa de terminar com as divergências, propondo para o efeito a criação de um órgão único do partido, através da fusão de *O Protesto* e de *O Operário*, algo que se veio a materializar a 5 de março de 1882, após a sua aprovação na sequência do Congresso Socialista do mesmo ano, originando *O Protesto Operário*, com sede em Lisboa e no Porto⁵⁶. Não obstante a criação de um periódico comum, foi também por esta altura que, numa tentativa de dar unidade ao Partido Socialista, José Vitorino Ribeiro elaborou um programa que defendia a linha marxista, algo que não vingou, dada a heterogeneidade do movimento socialista⁵⁷. Este posicionamento não inviabilizou o facto de nesse jornal serem exaradas, com frequência, teorias e conceções formuladas por Marx nos seus vários estudos. De facto, em Portugal, havia uma clara preferência do possibilismo sobre o marxismo, como se verificou na participação mais afluente dos socialistas portugueses na reunião possibilista-reformista na sequência do Congresso de Paris de 1889, culminando numa grave crise interna no Partido Socialista que se prolongaria até 1895⁵⁸.

Foi também durante a década de 1880 que o Partido Socialista Português começou a perder terreno para os anarquistas, apelidados de “fanáticos do bem” em *O Protesto Operário*⁵⁹, que principiavam a dominar as associações de operários⁶⁰. Os anarcossindicalistas ganharam rapidamente uma sólida base operária, cativando o proletariado por se apresentarem como uma “alternativa à religião”, pelo seu caráter “universal e

⁵⁴ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 166.

⁵⁵ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 36.

⁵⁶ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 57.

⁵⁷ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 36-37.

⁵⁸ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 169.

⁵⁹ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 99.

⁶⁰ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 36.

messiânico”⁶¹, contando ainda com uma simpatia geral, fruto do clima de repressão aos anarquistas a partir de 1896⁶². Além dos anarquistas, os socialistas também competiam com a crescente popularidade do Partido Republicano, apoiado na pequena e média burguesias, insatisfeitas com “o crescente aumento da carga fiscal” e a “correspondente descida do nível de vida”⁶³, e nas camadas populares, atraídas pelo populismo republicano, que viam na República uma alternativa concreta em relação à Monarquia, contrastando com a doutrina socialista, vaga e imprecisa⁶⁴. O crescimento dos republicanos deu-se numa altura em que o Partido Socialista ainda se encontrava em estruturação e, a partir de 1891, após o Ultimato inglês, os republicanos aumentaram significativamente, afigurando-se como o partido de “salvação nacional” e o depositário dos “destinos da pátria”; chegaram mesmo a conquistar posições aos socialistas, provocando cisões e abandonos no Partido Socialista⁶⁵.

Como vimos, o movimento socialista português jamais obteve a tão desejada unidade, mas, não obstante, o periódico *O Protesto Operário* foi um importante veículo para atingir alguma coesão. Em finais de 1881, José Ribeiro escrevia em *O Operário*, que o novo jornal “tomaria muito logicamente o nome de *Protesto Operário*”, o qual era “significativo da fusão estabelecida e do movimento das classes trabalhadoras em face da infame exploração burguesa”⁶⁶. Em meados de 1880, José Ribeiro afastara-se temporariamente de *O Operário* e, com ele, saía o principal defensor do marxismo, facto que leva Maria João Castro a apontar como uma possível razão para a prevalência da ala possibilista dentro do movimento⁶⁷. No periódico *O Protesto Operário* o marxismo continuava a ser parte crucial, utilizado frequentemente como a base teórica de excelência para interpretar o fenómeno colonizador, como veremos nos capítulos seguintes. O marxismo, porém, era pouco conhecido em Portugal e, apesar dos marxistas terem aprovado um programa na I Conferência Nacional do Partido Socialista em 1882, que defendia a coletivização dos meios de produção, era clara a “supremacia” da ala possibilista e do seu futuro líder, Luís de Figueiredo, acentuando as

⁶¹ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 100.

⁶² CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 38.

⁶³ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 107.

⁶⁴ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 161-162.

⁶⁵ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 163-164.

⁶⁶ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 58.

⁶⁷ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 73.

divergências no seio do partido⁶⁸. Estas rivalidades culminaram num rompimento em 1895, dividindo o movimento socialista, com Azedo Gneco a formar o Partido Socialista Português e Luís Figueiredo a criar o Partido dos Operários Portugueses, cimentando a cisão⁶⁹. As querelas chegaram também à imprensa, com os marxistas a fundarem o jornal *O Revolucionário* (1896) e *O Eco Socialista* (1892), pretendendo opor-se ao *Protesto Operário*, que representava a facção possibilista⁷⁰. Neste clima de crise, o jornal *O Protesto Operário*, símbolo de unidade do partido, terminava a 22 de abril de 1894⁷¹.

⁶⁸ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 74; 83.

⁶⁹ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 63.

⁷⁰ OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 170.

⁷¹ Considera-se nesta obra que o periódico terminou após quase vinte anos, fazendo a contagem a partir do *Protesto* (1875), e não da data da sua fusão em 1882. MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 65-66.

2. Representações da colonização, do colonialismo e do império colonial português

O presente capítulo pretende fazer uma análise detalhada das posições, balanços e opiniões do Partido Socialista exaradas no seu órgão oficial, *O Protesto Operário*, relativamente ao processo de colonização quer portuguesa quer europeia, em particular numa época em que houve um interesse renovado pelo continente africano e um crescente impulso em formar novas colónias, isto é, na conjuntura ocorrida nos anos 70 e 80 do século XIX. Também se procurará fazer algumas alusões às épocas que precederam estas balizas cronológicas, de forma a evidenciar a perspetiva socialista do fenómeno, as suas origens e evolução. Neste âmbito também se irá procurar definir o conceito de “colónia”, tal como este é entendido pelo partido e sua ideologia.

A nível nacional, procurar-se-á estudar a análise que o Partido Socialista faz da realidade colonial portuguesa desde os primeiros tempos, a sua evolução e características principais, bem como dos eventos que decorrem durante e após a “corrida a África” e a sua partilha pelas principais potências europeias, sublinhando as repercussões e a pertinência que estas questões teriam para o proletariado e para o povo português em geral. Proceder-se-á também ao devido enquadramento histórico, para um melhor entendimento da época e do seu contexto.

A nível internacional, pretende-se identificar os principais países colonizadores, as suas motivações e interesses, muitas vezes em conflito, direto ou indireto, com os nacionais, suscitando fortes reações e contestações por parte dos socialistas (mas também dos demais partidos e ideologias), e que importa realçar. Interessa também apresentar a análise das linhas gerais históricas e condições que levaram a este novo impulso colonial, feita pelos socialistas no seu periódico.

2.1 Colonização portuguesa

A posição socialista relativamente à colonização portuguesa pautou-se sempre por críticas ásperas não só aos governos da Monarquia, mas também a todo um sistema político e económico “opressor”, encabeçado pela burguesia que antagonizava o proletariado e os povos. Existia, também, a crença na inevitável decadência nacional e colonial, não só como o resultado natural da queda do sistema capitalista mas também da própria ineficácia e do fracasso dos partidos “burgueses” monárquicos. Já os republicanos eram vistos de forma semelhante, pois, na eventualidade de estes derrubarem a Monarquia, iriam perpetuar o mesmo ciclo capitalista sem dar uma resposta palpável aos interesses do proletariado e do povo.

De acordo com *O Protesto Operário*, a realidade colonial portuguesa consistia sempre em “grandezas ilusórias”, numa total ineficácia e fracasso de governos e indivíduos: “em vez de homens inteligentes e hábeis [...] mandamos para os governos coloniais, uns indivíduos sem habilitações, nem ciência governativa”⁷². Nesta perspetiva, Portugal “tem sido completamente inútil para todas as manifestações do nosso tempo” e “tudo que é inútil, que não corresponde a uma necessidade, tende a desaparecer”⁷³, sendo este o destino traçado pelo Partido Socialista para o país e para as colónias. Os erros associados à colonização portuguesa teriam origens remotas, com início na época dos descobrimentos, que se perpetuaram no tempo por etapas sucessivas de incorretos procedimentos.

Assim, após a rejeição da ideia de atingir a Índia pelo ocidente com Colombo, e de os navegadores portugueses optarem por navegar rumo a sul, esse objetivo constituiu o “fim supremo de toda a navegação africana”, tendo-se então “ideias definidas e persistentes”; mas, depois de atingido o objetivo da descoberta do caminho marítimo para a Índia, o periódico apresenta novas críticas ao *modus operandi* colonial de Portugal, pois “nem compreendeu o seu tempo, nem manifestou engenho político na conquista dos povos orientais”⁷⁴.

Para os socialistas, as razões que levaram à perda das posses no Oriente são identificadas como sendo as mesmas que haveriam de causar a perda da colónia sul-

⁷² Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 10 de dezembro de 1882, p. 1.

⁷³ “Verdades Duras”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 14 de dezembro de 1884, p. 1.

⁷⁴ As razões atribuídas a esta situação foram a prática sistemática do saque e o comércio de produtos, com Portugal a ignorar o seu próprio desenvolvimento na metrópole. “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

americana, pois, Portugal, “explorando o Brasil como uma grande fazenda, não se desenvolvia na metrópole” e “expatriava-se para as terras de Santa Cruz, como se expatriava para as da Ásia, com a diferença que o tipo de colónia americana ligava o colono ao solo e criava uma nova pátria”⁷⁵. Assim, o “solo ubérrimo do Brasil dava à farta com que sustentar as necessidades, o luxo e os caprichos nacionais”⁷⁶, sendo próspera não só por si mesma mas sobretudo devido ao recurso da mão de obra escrava que provinha de África, explorada por Portugal e pelas demais nações europeias.

Existia a noção de que o país por si só produzia poucos recursos, criando uma enorme dependência do comércio externo e colonial, deixando assim a nação vulnerável, situação que se tornou ainda mais evidente com a perda do Brasil. A independência brasileira constituiu, de facto, um evento traumático para Portugal, que dependia económica e institucionalmente da sua colónia, o que inevitavelmente fez voltar as atenções para as possessões africanas, não só pela perda do Brasil em si mas também como hipotética salvaguarda do império na incerteza do futuro das colónias asiáticas⁷⁷. A perturbação sentida por este acontecimento originou, na época, algumas reacções que afirmavam que a sobrevivência do país sem o Brasil era impensável e, por outro lado, existia também uma corrente anticolonial, mais isolada, que defendia a tese de que Portugal devia agora apostar no seu crescimento interno, condenando os efeitos prejudiciais das colónias e do seu comércio e pondo de lado novas iniciativas coloniais. Já a imprensa da altura pautou-se por duas posições; a primeira pretendia obrigar a submissão total ou parcial do Brasil e a segunda dizia respeito ao fomento colonial africano como uma alternativa viável⁷⁸. Assim, afirmam os socialistas que Portugal “só quando se viu perdido, é que volta para a África a sua vista desolada, procurando nela a salvação”⁷⁹, desiderato que é gorado pelo facto de que a escravatura, outrora considerada quase uma “inesgotável” fonte de receita e proveito para muitos, fora abolida, e sem “trabalho forçado jamais se fizeram novos brasis”⁸⁰.

⁷⁵ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

⁷⁶ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

⁷⁷ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 125-126.

⁷⁸ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 250.

⁷⁹ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

⁸⁰ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

A Portugal, reconhecido por ser “o mais antigo dos piratas”⁸¹, ao perder as suas posses no Oriente e na América, restava “apenas a história que pôde inspirar poemas mas não enche um estômago” e “a glória de haver navegado primeiro que ninguém”⁸² até à Índia. Deste modo, a nação portuguesa apresentou-se sempre como “um povo de mortos”⁸³, desprovido de qualquer indústria, agricultura ou meios materiais, onde qualquer exaltação da grandeza nacional era risível e, acima de tudo, constituía uma clara ilusão. Num artigo com o título “Verdades duras”, *O Protesto Operário* refutava também as alegações feitas na altura de que Portugal foi a primeira potência colonial, pelo que os seus “burgueses não concorreram a Amsterdão, porque não o puderam fazer, tal era a impotência, a irracionalidade da sua dominação colonial”, encontrando-se o país “acorrentado a uma burguesia torpe que desconhece a sua época”⁸⁴. Estas crenças ilusórias nas grandezas passadas e a sua perpetuação no futuro eram uma realidade que iria marcar presença na política e no modo de pensar nacional. Na África, o “país perdido nos cachopos da inação, procura, abraçado às suas tradições, a vida que lhe foge” e “se o messianismo político morreu [...] o messianismo económico mantém-se robusto”⁸⁵, sendo este último o principal motor de todas as iniciativas, numa vã esperança de alcançar novas riquezas, algo que não se concretizará, pois “os tempos mudaram [...], o mercantilismo heroico acabou” e já “não se escraviza o preto”⁸⁶, sendo o término da escravatura um fator determinante para minar a obtenção de lucro. Com efeito, o sistema escravocrata, que remontava ao século XV, na costa ocidental africana, continuou a sua expansão até ao final do século XVIII e inícios do século XIX, quando foi abolido pela Inglaterra em 1807⁸⁷, enquanto em Portugal o processo abolicionista se iniciara em 1810, no âmbito da aliança luso-britânica, com a promessa de abolição gradual, mas que se iria arrastar por várias décadas, num longo e árduo processo⁸⁸. Desde logo, o tráfico escravagista passou a ser realizado de forma clandestina, nunca mais se afigurando como um recurso rentável ou seguro, muito em parte pela pressão inglesa não só sobre Portugal mas também sobre o Brasil,

⁸¹ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1. Ver Anexo 1.

⁸² “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

⁸³ “Verdades duras”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 14 de dezembro de 1884, p. 1.

⁸⁴ “Verdades duras”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 14 de dezembro de 1884, p. 1.

⁸⁵ “Preparemo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 25 de janeiro de 1885, p. 2.

⁸⁶ “Preparemo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 25 de janeiro de 1885, p. 2.

⁸⁷ ALEXANDRE, Valentim — O colonialismo português visto de África in ALEXANDRE, Valentim — *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, vol. 3, p. 21, 28, 29.

⁸⁸ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 113.

do qual o primeiro dependia para este tipo de comércio e cujo acesso era cada vez mais dificultado⁸⁹.

Não obstante a primazia nos descobrimentos e a glória de ter chegado primeiro à Índia, Portugal foi, juntamente com a Espanha, Holanda, França e Inglaterra, das primeiras nações onde, de acordo com a teoria marxista apresentada em *O Protesto Operário*, eclodiram os chamados “métodos de acumulação primitiva” e a Inglaterra, na sua qualidade de potência mundial nos finais do século XVII, foi concentrando em si estes vários métodos, entre os quais se salientavam o “regime colonial, o crédito público, a finança moderna e o protecionismo”⁹⁰. Após a consolidação deste período, denominado “período burguês ou capitalista”⁹¹, desenvolveu-se a indústria e o recurso à mão de obra escrava desapareceu como seu resultado natural, deixando também esta de ser uma fonte de rendimento e riqueza, forçando o capitalismo a procurar outras formas de se afirmar e prosperar, sendo por isso que nos finais do século XIX, aquando do novo impulso colonial, “os olhares das grandes potências se encaminham agora para a África”⁹². A Portugal, porém, faltaram as condições e a prosperidade das outras nações, em parte devido à sua inaptidão e inércia em desenvolver-se, já que “trabalhar repugna-lhe porque vivera séculos empunhando a espada em combates ou o látigo nas roças”⁹³, carecendo também de “capital e de saber” para o fazer, porque “só possuía os salvados dos mil naufrágios em que se afundara na Ásia, na América, na África e na Europa”⁹⁴.

Foi precisamente a inércia e todo um conjunto de fracassos que, de acordo com os socialistas, marcaram Portugal durante o seu percurso histórico, aliado a um regime político e económico, o capitalismo (destinado a colapsar), que determinariam um infeliz desfecho não só para a metrópole mas também para as suas colónias. A crença socialista no eventual desaparecimento das colónias e do capitalismo alargava-se às demais nações europeias, tal como preconizado na teoria marxista e outras correntes socialistas, mas que, na ótica do periódico *O Protesto Operário*, chegaria mais depressa a Portugal. Esta conduta que levaria a tão nefastos resultados era, segundo os socialistas, da inteira responsabilidade de uma classe “opressora” e “burguesa”, não restando dúvidas de que as colónias portuguesas não seriam

⁸⁹ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 131.

⁹⁰ “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de setembro de 1888, p. 1.

⁹¹ “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de setembro de 1888, p. 1.

⁹² “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de setembro de 1888, p. 1.

⁹³ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

⁹⁴ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de maio de 1883, p. 1.

senão uma “imagem da nossa incúria e do nosso desmazelo, não nós povo, [...] mas dos nossos olímpicos senhores”⁹⁵. Assim, os governos dirigidos por essas classes dirigentes “desprezam e desatendem” as colónias e preveem que a África será um território “aberto à exploração de todos os países, exceção feita do nosso, talvez!”⁹⁶.

2.2 Colonialismo nos finais do século XIX e a corrida a África

As décadas de 70 e 80 do século XIX marcaram uma época de renovado interesse pelo continente africano, impulsionado pela vontade de formar novas colónias. Entendia o Partido Socialista que uma colónia era “um estabelecimento fundado pela metrópole em país bárbaro, para garantir a sua conquista ou alargar uma dada influência comercial”⁹⁷, mas a forma de administrar as possessões variava consoante o país. Considerava também que as colónias se dividiam essencialmente em dois tipos: as colónias militares e agrícolas, atribuídas geralmente a nações mais “aristocráticas”, e as colónias de tipo comercial, dominadas pela classe burguesa ou capitalista, apenas para efeitos de trocas. Para um melhor entendimento destas tipologias e as suas características, *O Protesto Operário* invoca os exemplos da civilização de Roma e de Cartago. A primeira, “nação guerreira por excelência”, “conquistando pela força [...] começava por submeter à escravidão as populações”, para depois se ocupar da “pacificação, da colonização”, sendo as suas colónias exploradas diretamente “para valorizar a posse”⁹⁸. Já no que diz respeito a Cartago, nação de características comerciais, “o negociante parte da metrópole, desembarca sobre um ponto qualquer [...], estabelece-se e abre um mercado”, onde explora “indiretamente, obtendo-se o lucro nas trocas”⁹⁹.

Neste âmbito, os socialistas afirmam que o mesmo fenómeno viria a replicar-se mais tarde, fazendo o paralelo com a Rússia, a qual definem como uma nação militar e agrícola, e com a Inglaterra, nação comercial. Em Portugal, o periódico deixa claro que, à partida, o sistema militar nunca poderia ser adotado dada a falta de meios, restando-lhe então a colonização com base na exploração comercial, mas advertindo para a realidade nacional

⁹⁵ Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 3 de dezembro de 1882, p. 1.

⁹⁶ Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 3 de dezembro de 1882, p. 1.

⁹⁷ Q, “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de março de 1890, p. 2.

⁹⁸ Q, “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de março de 1890, p. 2.

⁹⁹ Q, “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de março de 1890, p. 2.

ocorrida nesses finais do século XIX, resultante das décadas anteriores, em nada era favorável a tal iniciativa:

É que a Rússia é ainda uma potência principalmente militar e agrícola.

A Inglaterra, ao contrário, é um país essencialmente marítimo e comerciante.

Entre estes dois sistemas qual deveria ser adotado por Portugal?

A posse militar, é evidente, só pode ser desenhada no cérebro desvairado de quem desconheça a situação nacional.

Logo, salta aos olhos, só resta a exploração comercial, como a única mais conforme mesmo com as tendências dos tempos demasiado prosaicos que vão correndo.

Para essa, antes de tudo, é preciso que os capitais convirjam para uma tal obra utilitária, aproveitando os recursos que por toda a imensa extensão dos domínios portugueses se encontram abandonados.

É necessário também que os estaleiros nacionais sejam levantados, criando-se uma marinha mercante que hoje não existe.

A esta obra devia ser aplicado, quanto a nós, o fundo criado pela subscrição nacional que aí está aberta, por modo que o não esterilizassem em armamentos inúteis e barcos fantasiosos¹⁰⁰.

À conjuntura internacional, que levou ao estabelecimento das colónias ou à expansão das existentes, foram já atribuídas várias interpretações e explicações, entre as quais encontramos fatores económicos como a procura de novos mercados, novas matérias-primas ou novas aplicações para o capital acumulado em períodos de depressão económica; outros consideram a partilha do continente africano como uma extensão do jogo de tensões e rivalidades entre as potências europeias, que se agudizara em finais dos anos 1860 e 1870, com o aparecimento da Itália e da Alemanha como nações unificadas¹⁰¹. Porém, será preferível ver este fenómeno como uma convergência de vários fatores: o crescimento demográfico acentuado, a necessidade de integração comercial entre as colónias e a metrópole, a impossibilidade de expansão dentro da Europa, o surgimento de “grupos de

¹⁰⁰ Q, “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de março de 1890, p. 2.

¹⁰¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 112-113.

pressão” como missões evangelizadoras ou de caráter científico¹⁰², os progressos a nível da medicina, das comunicações, da tecnologia militar, que permitiram a penetração no interior do continente africano e a desintegração das estruturas políticas de certas zonas africanas, que levou alguns Estados a intervir de forma a proteger os seus interesses¹⁰³. As explicações dos socialistas para este fenómeno (de índole económica), bem como as suas origens históricas, analisadas à luz da interpretação marxista, são apresentadas no periódico *O Protesto Operário* da seguinte forma:

Estudando as várias fases do desenvolvimento das classes, e das sucessivas transformações operadas na sociedade, nota Karl Marx que a descoberta das regiões auríferas e argentíferas da América, a redução dos indígenas à condição de escravos [...], os começos das conquistas e das pilhagens nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coelheira comercial para a caça aos peles negras, são os processos idílicos que caracterizam a acumulação primitiva, assinalando a era capitalista na sua aurora.

Imediatamente estala a guerra mercantil, que tem o mundo inteiro por teatro. Iniciando-se pela revolta da Holanda contra a Espanha, ela toma proporções gigantescas na cruzada da Inglaterra contra a revolução francesa, prolongando-se até aos nossos dias, em expedições de piratas, como as famosas guerras do ópio contra a China¹⁰⁴.

Já se teve oportunidade de identificar neste capítulo o grupo de nações que utilizaram os denominados “métodos de acumulação primitiva”, que Portugal integrou, segundo *O Protesto Operário*. Este fenómeno, mais notório na Inglaterra, verificou-se também noutros países, apesar das “variantes nas modalidades, nas datas e nos ritmos”¹⁰⁵. A este respeito, o artigo “As colónias” salienta que todas estas nações orientaram a sua conduta de forma similar e explica a sua evolução:

¹⁰² PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

¹⁰³ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 114.

¹⁰⁴ “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de setembro de 1888, p. 1.

¹⁰⁵ DROZ, Jacques (dir.) — *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, vol. 3, p. 793.

Alguns dos seus métodos repousam sobre o emprego da força brutal, mas todos sem exceção exploram o poder do Estado, a força reunida e organizada da sociedade, a fim de precipitar violentamente a passagem da antiga ordem económica, ao actual regime capitalista, abreviando as fases de transição. [...]

Realizada a transformação social e, consolidado o período burguês, ou capitalista, entrou-se numa nova era — a época de produção febril, das grandes forças mecânicas, do enorme desenvolvimento industrial.

As colónias, [...] ministrando o capital que convergiu para as explorações da indústria, entraram numa fase diversa.

Deixaram de fornecer escravos para virem modernamente a tornar-se em grandes centros consumidores, facto que por muitos anos se deu com a Índia inglesa [...]

Tocando o seu declive, o capitalismo entra no período de regressão em que hoje nos encontramos. [...]

Assoberbadas por uma grande produção, que se manifesta pela razão flagrante da desigualdade no consumo, isto é, nos meios de obter os produtos, as grandes potências buscam a criação de outros mercados que possam equilibrar, por mais tempo, o domínio social da classe capitalista¹⁰⁶.

Considera então *O Protesto Operário* que o inevitável colapso do sistema capitalista leva as nações a colonizar outros territórios, já que a “Europa está velha e gasta”¹⁰⁷. Porém, este novo fôlego dado à expansão colonial já não é dotado das mesmas feições “heroicas” que tivera no passado, nem tão pouco se move por um desejo de embarcar rumo ao desconhecido ou de atingir novas terras, sendo motivado apenas por ganância e impondo-se pela força a outras culturas e povos que assistem impotentes aos acontecimentos:

No momento presente um estranho furor, um pensamento unânime, domina o pensamento da burguesia internacional, arremessando-a para as aventuras da colonização, levando-a a lançar-se sobre continentes longínquos, como um bando de salteadores caídos sobre povoações inofensivas. Dir-se-ia o renascimento de uma nova era de heroísmos e de dedicações, o despertar da consciência, chamando os povos à comunhão do progresso, se em tempos de

¹⁰⁶ “As colónias”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de setembro de 1888, p. 1.

¹⁰⁷ “Questões Coloniais”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 26 de outubro de 1884, p. 1.

burguesismo pudesse haver heroísmo ou dedicação, consciência ou dignidade. Não o é, porém. [...]

Não é o amor do ignoto, o desejo do invencível, que os anima: é o ideal do saque, a ambição do roubo, que os impele, levando-os comodamente, quase sem risco, a tyrannizar e oprimir as míseras povoações descuidadas, que na África ou na Ásia repousam tranquilamente na sua rudeza feliz. [...]

Em nome da civilização, algemam-se e chibatam-se, pois, os míseros africanos [...] escravizam-se os árabes e os índios!

Miserável civilização esta, que a burguesia traduz no assassinato e no crime! [...]

Porque, no fundo de tudo isto, não há senão exploração e violência. Humanidade, progresso, estímulo — são frases bonitas mas que não têm cotação na bolsa. [...]

Assim, por agora, a burguesia não pensa senão em *colonizar*, deitando a mão ao que pode¹⁰⁸.

O interesse pelo continente negro e a sua posterior partilha entre as potências europeias foi possível, em parte, devido ao crescimento da produção e da indústria¹⁰⁹, contando naturalmente com progressos vários, já anteriormente mencionados. Esta conjuntura de crescimento nos finais do século XIX, segundo os socialistas, corresponde a uma fase de pobreza e de crises no sistema capitalista, pois a riqueza continua nas mãos de uns poucos e a noção marxista de que os progressos materiais e tecnológicos da época deveriam facilitar a vida ao proletariado não se verifica, sendo antes a razão da sua miséria. Esta situação de mal-estar é apresentada pelo *Protesto Operário* da seguinte forma:

Os orgulhos da sua civilização caem todos ante esta realidade triste: a miséria. O pauperismo cresce e a miséria enraíza-se, à medida que o progresso caminha e a riqueza se desenvolve, nas mãos dos seus escolhidos detentores. Em Birmingham, em Saint Étienne, em Hamburgo, as crises sucedem-se periodicamente, como uma fatalidade natural, enquanto bandos famintos de proletários se arremessam nos fragores da emigração.

¹⁰⁸ “Questões coloniais”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 26 de outubro de 1884, p. 1.

¹⁰⁹ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 261.

As máquinas, esses gigantes rudes, cujos braços de ferro deviam servir para poupar o homem nos combates do trabalho e para lhe amaciar as agruras da existência, não servem como estão, nas mãos de uns quantos exploradores, senão para aumentar a miséria geral, para encher de produtos o mercado industrial, onde só a custo existe a procura, porque a produção excedeu já em muito o consumo¹¹⁰.

Como é consabido, a partir de 1870, começaram a surgir nas nações europeias, muitas vezes de forma conflituosa, vários projetos coloniais. A Inglaterra, animada pela abertura do canal do Suez em 1869 e a descoberta de diamantes e de ouro na África do Sul pela mesma altura¹¹¹, visava agora o acesso à África Oriental e a construção de uma linha de ferro que conectasse o Egito à África do Sul, conforme visionava Cecil Rhodes¹¹². Foi também a Inglaterra que tomou a primazia nas expedições científicas e exploratórias do continente africano: contratou Livingstone para uma expedição que percorreu os Grandes Lagos (nomeadamente o Tanganica), fazendo a descoberta da nascente do rio Congo; de forma similar, Stanley percorreu esse rio até à foz, seguindo-se Grant e Baker no interior africano; todavia, não menos importante, foi a expedição de Savorgnan de Brazza que visava a criação de um “Congo Francês”¹¹³, intensificando-se assim as iniciativas exploratórias europeias. A França procurava iniciar a sua expansão para África a partir da Tunísia, seguindo a sinuosidade do leito do rio Níger, e daí continuar para ocidente e para leste, em territórios do Sudão e do Egito (o que colidia com os interesses ingleses); estas pretensões influenciariam outras nações europeias a tentar formar os seus próprios domínios coloniais, como por exemplo a Espanha, a Bélgica, a Itália ou a Alemanha¹¹⁴, vindo a aumentar a presença e a pressão europeia em África, e que culminaria na sua posterior partilha. O Partido Socialista, naturalmente, não ficou indiferente aos acontecimentos mundiais que visavam dividir a África entre as nações europeias, mas deixou claro que as questões coloniais não eram urgentes para

¹¹⁰ “Questões coloniais”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 26 de outubro de 1884, p. 1.

¹¹¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 114.

¹¹² LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 262.

¹¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 72.

¹¹⁴ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 262.

o partido, apelando ao aumento dos leitores em torno do único periódico que os representava, deixando estes de prestar apoios à “imprensa burguesa”. Vejamos porquê:

Se o órgão do Partido Socialista fosse diário; se os operários, em vez de sustentarem essas *mil e uma lamparinas* da imprensa burguesa, satisfazendo a vaidade dos redatores pomposamente anunciados na página principal e auxiliando os interesses mesquinhos dos bandos que fervilham na política exploradora, concorressem, como deviam, para o desenvolvimento de um periódico que lhes é desinteressada e sinceramente dedicado [...] neste caso teríamos o dever de mostrar a grande burla que a questão africana representa, e como se ilude a boa-fé do povo com pompas de estilo e trapalhices doutorais.

Mas assim, na nossa pequenez jornalística que fazer? — Gastar tempo com um assunto relativamente secundário, pondo de parte outros mais úteis e proveitosos?

Certamente que não. O momento atual desvia o Partido Socialista para questões de ocasião e de um interesse inadiável. — Daqui a nossa reserva em relação à questão africana¹¹⁵.

Independentemente da prioridade dada às questões coloniais que, de modo geral, marcam presença frequente no periódico, o certo é que o Partido Socialista continuou sempre a seguir os eventos em África com atenção, nunca deixando de criticar as potências coloniais ou com pretensões a tal e de tentar evidenciar os seus motivos. Assim, *O Protesto Operário* dá o seu parecer sobre a frenética “corrida a África” nos seguintes termos:

Admirada superficialmente, a febre de *expansão colonial* [...] parece-nos uma doidice sem jeito, um egoísmo feroz, sem limites, que visa a submeter o mundo ao seu cetro dominador.

Não é assim, porém. Não é por simples ambição de adquirir novos territórios, por mero desejo de erguer o pavilhão do seu país, que nós vemos essa pirataria de territórios, essa disputa de bandidos que torna a política internacional numa nesga de Calábria. [...]

¹¹⁵ “Preparemo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 25 de janeiro de 1885, p. 1.

A política de expansão colonial tem outro valor, tem muito mais significado do que o desejo cavalheiresco do mando, porque ela não é senão o reflexo do mau estar social, o espelho das dificuldades que assoberbam os grandes estadistas da burguesia, hoje a braços com uma transformação completa no sistema de produção e da troca dos produtos¹¹⁶.

Esta exploração impetuosa por parte das nações europeias teria naturalmente consequências para os vários povos indígenas de África, cuja sina era considerada pelos socialistas como sendo pior do que a situação do proletariado europeu, que se encontrava já “escravizado há inúmeros séculos” e “continuará na mesma, agravada ainda com a concorrência [...] desses infelizes africanos, chamados agora ao convívio da exploração e da usura”, cuja situação será “mil vezes pior, porque sairá da liberdade selvagem para a opressão capitalista”¹¹⁷. Porém, crêem os socialistas que, mais tarde, os que eram explorados em nome da “prostituída e hipócrita civilização hão-de levantar-se”¹¹⁸ contra os seus exploradores e contra a civilização que estes pregavam, civilização essa que não era senão um “meio de os prender, para os melhor poder explorar e roubar”¹¹⁹.

Inclusive, os socialistas lamentaram o retrocesso civilizacional que a partilha de África simbolizava nos finais de oitocentos:

Havia ainda quem alimentasse a ilusão simpática de que já tivessem passado os tempos brutais em que os povos eram vendidos como manadas de bestas, não lhes restando sequer o direito de optarem pelo senhor que os havia de explorar por aí em diante, proclamando-os seus vassalos. [...]

No século passado fez-se a partilha da Polónia, essa nobre e heroica presa atirada à dentuça dos grandes lobos da rapina universal; hoje acabamos de assistir à partilha da África, sem mais preâmbulos e hesitações do que essas que naturalmente se derivam da natural cobiça entre as duas altas partes contratantes. A Alemanha e a Inglaterra talharam um vasto império no seio do continente africano. [...]

Os contratos estão assinados, a venda está resolvida. Não se consultou apenas a vontade dos vencidos, mas isso também seria uma formalidade

¹¹⁶ “A expansão colonial”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de setembro de 1885, p. 1.

¹¹⁷ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

¹¹⁸ “A África”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 14 de setembro de 1890, p. 2.

¹¹⁹ “A África”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 14 de setembro de 1890, p. 2.

inútil. Os indígenas africanos hão de pertencer a quem mais força tiver para lhes bater. [...]

Este quadro do final do século não corresponde naturalmente a um estado de civilização adiantada, tal como seria para desejar após a ininterrupta série de progressos já agora realizados¹²⁰.

Assim, nesta conjuntura onde “o burguês é para os operários o que uma nação grande representa para outra mais pequena”, deverá surgir entre os explorados a “necessidade da união”, o que “lhes dará a supremacia em face das minorias que exploram a sociedade” e, contra “esta fatalidade, de pouco valerá a partilha de África”¹²¹.

2.3 O império colonial português

A década de 1870 também marcou uma época de renovado interesse de Portugal pelo ultramar. Para esta conjuntura contribuíram fatores como a prosperidade financeira verificada após o fim da guerra entre o Brasil e o Paraguai (1870), propiciando o aumento de remessas de emigrantes e facilitando a aplicação de fundos em investimentos ultramarinos, ou o fim das importações de escravos no mercado cubano, terminando com o comércio negreiro transatlântico e permitindo a ênfase posta noutras atividades, como, por exemplo, o aumento da navegação no Quanza, dando início ao ciclo da borracha em Angola¹²², enquanto em Moçambique arrancavam as exportações oleaginosas, existentes em S. Tomé e Príncipe desde 1860¹²³.

Na realidade, este interesse português pelas suas colónias era já anterior às décadas de 1870 e seguintes, fazendo parte das políticas ultramarinas dos vários governos desde os primeiros anos do liberalismo. Uma das referências primordiais deste tipo de iniciativas ocorreu em 1821, quando Fernandes Tomás avançou a ideia de relançar um novo projeto imperial a partir das possessões asiáticas e africanas, mas acabando antes por abordar

¹²⁰ “Como outrora”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 29 de junho de 1890, p. 1.

¹²¹ “Como outrora”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 29 de junho de 1890, p. 1.

¹²² ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 149-150.

¹²³ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 139.

questões respeitantes a regimes alfandegários e incentivos de navegação¹²⁴; só mais tarde, a partir da década de 1830, começaram os grandes planos de expansão colonial e de protecionismo gizados por Sá da Bandeira, com vista a ocupar as regiões da África Central, obter o controlo da baía do Congo e unificar Angola e Moçambique¹²⁵. Porém, na década de 1870, a África portuguesa encontrava-se num estado vulnerável, desde logo pela sua extensão territorial, a fraca presença de colonos brancos e a falta de meios materiais e administrativos¹²⁶, assim como pela crescente pressão europeia em África, obrigando Portugal a redobrar as ações nas suas colónias. Nesse âmbito, zonas como Moçambique, outrora considerada como “uma fonte de encargos e dissabores militares”, tornava-se agora “um território mais próximo e atrativo, tanto pelas riquezas que aí se supunham existir como pela sua vizinhança com zonas de metais preciosos já em exploração”¹²⁷. Para concretizar este tipo de empreendimento, porém, iria recair sobre os nativos o infortúnio de “descer às minas e sujeitar-se à exploração”, obrigando-os “em nome do progresso a cobrir o seu corpo [...] com os algodões das nossas manufaturas”¹²⁸, sujeitando-os não só à exploração, mas criando-lhes também novas necessidades alheias às suas práticas habituais de consumo.

Outros fatores que impulsionaram o interesse de Portugal pelas suas colónias foram as notícias de viagens de exploração de figuras como Livingstone, Stanley e Cameron, que aumentavam expressivamente no continente africano, chegando mesmo a aproximarem-se de zonas onde existiam pretensões portuguesas, e às quais Portugal respondeu com a criação, quase em paralelo, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Comissão Central Permanente de Geografia, na sequência do Congresso Internacional de Geografia de Paris de 1875¹²⁹. A Sociedade de Geografia de Lisboa, de pretensões científicas mas também expansionistas, foi fundada por um grupo de intelectuais dado o “reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal pelas suas tradições” de entrar “no movimento espantoso

¹²⁴ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 253.

¹²⁵ SMITH, Gervase — *O III Império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p. 65.

¹²⁶ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 1.

¹²⁷ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 114.

¹²⁸ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1 e 2.

¹²⁹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 114.

que as ciências, os estudos e as explorações geográficas estão exercendo lá fora”¹³⁰. Já a Comissão Central Permanente de Geografia era uma instituição do Estado, resultante da iniciativa de Andrade Corvo, definia-se por objetivos científicos próximos dos da Sociedade de Geografia: “o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e as explorações científicas de geografia”, bem como “coligir, ordenar e aproveitar, para benefício da ciência e da nação todos os documentos que possam esclarecer a geografia, a história etnológica, a arqueologia”¹³¹.

Numa fase inicial, ambas as instituições fixaram como objetivo principal a organização de expedições científicas, com a Sociedade de Geografia de Lisboa a propor o envio de uma expedição à África Central¹³², e, na sua primeira reunião, a 1 de março de 1876, a Comissão Central Permanente foi convidada por Andrade Corvo a seguir o plano do geógrafo alemão Barth, o qual se pretendia contratar para a exploração dos territórios africanos¹³³. Por autorização de José de Melo Gouveia, Ministro da Marinha e do Ultramar, realizar-se-ia uma expedição científica com a finalidade de explorar os territórios entre Angola e Moçambique e o estudo das relações entre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze¹³⁴. Esta expedição, autorizada a 12 de abril de 1877, contou com a participação dos exploradores Serpa Pinto, Hermenegildo Brito Capelo e Roberto Ivens, com a partida marcada para 5 de julho, acabando esta por ser adiada, já que Roberto Ivens se encontrava em África, voltando a 30 de julho para partir novamente¹³⁵. Antes das suas partidas, constatou-se o aparecimento de uma discussão nos meios políticos e científicos que dividia as opiniões em relação aos resultados a alcançar: uma das correntes, personificada por Luciano Cordeiro, secretário-geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, defendia uma iniciativa expansionista com a formação de um “bloco compacto, do litoral angolano à contracosta”, enquanto outros, como Andrade Corvo ou José Júlio Rodrigues (membro da Sociedade de Geografia de Lisboa), defendiam a concentração

¹³⁰ GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 23-24.

¹³¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 114.

¹³² GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 26.

¹³³ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 115.

¹³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 73.

¹³⁵ GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 30.

de esforços numa área reduzida, com a consolidação de posições já adquiridas ou que se pudessem desenvolver com os poucos recursos disponíveis, acabando por ser esta a via adotada pelos exploradores portugueses, que se limitariam ao interior angolano com o “estudo do rio Cuango nas suas relações com o Zaire e os territórios portugueses da costa ocidental”¹³⁶. Os três exploradores partiram rumo a Angola, chegando a Luanda a 22 de agosto de 1877, altura em que se iniciaram as primeiras discordâncias no projeto a seguir¹³⁷, com Capelo e Ivens a pretender realizar o estudo da rede hidrográfica do interior angolano¹³⁸, enquanto Serpa Pinto procurava a travessia para o Índico, pretensão que acabou por abandonar, dedicando-se antes ao reconhecimento dos sertões e a consolidar a soberania portuguesa no interior angolano¹³⁹. Em Cabinda, os exploradores encontraram-se com Stanley, que havia já concretizado as tarefas que eles se tinham proposto a realizar no Zaire¹⁴⁰; foi então reconhecida a impossibilidade de subir o rio, optando-se por seguir por Benguela a fim de atingir o Bié¹⁴¹. Após atingirem Belmonte, no Bié, os exploradores acabaram por se separar, com Serpa Pinto a partir para Zambeze, a leste, de forma a atingir Zumbo¹⁴² mas, acabando por falhar o objetivo de ligar Angola e Moçambique, chegou a Durban em março de 1879¹⁴³. Já Capelo e Ivens procuraram o levantamento do Cuango até à confluência deste com o Zaire, desiderato igualmente fracassado devido à falta de mantimentos e do clima inóspito, obrigando-os a dirigir-se de novo para Luanda a 13 de outubro do mesmo ano¹⁴⁴. De modo geral, as expedições levadas a cabo por Portugal em África foram consideradas como positivas, mesmo não correspondendo às expectativas a elas

¹³⁶ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 115.

¹³⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 74.

¹³⁸ GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 31.

¹³⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 74.

¹⁴⁰ GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 30.

¹⁴¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 74.

¹⁴² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 115.

¹⁴³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 74.

¹⁴⁴ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 116.

associadas¹⁴⁵, gerando uma grande exaltação destes feitos, seguidos de perto pela imprensa nacional – num clima de glorificação nacionalista –, que conferia a estes exploradores o estatuto de heróis, sendo recebidos com grande afluência das massas, aquando do seu desembarque¹⁴⁶. A forma exaltada e patriótica como os feitos dos exploradores foram apresentados ao público seria asperamente criticada pelo semanário *O Protesto Operário*, a propósito de uma conferência dos trabalhos de Capelo e Ivens, considerada como “uma conferência imprópria de um ato científico”, servindo mais para “lisonjear vaidades de que para a exposição de um facto de valor real e positivo”¹⁴⁷. Estas críticas expressaram-se da seguinte forma:

Agora, porém, julgou-se conveniente preparar para a exposição dos seus trabalhos um ato teatral, obrigado a orquestra 24 de junho e a casaca e a capa branca, como se a ciência geográfica lucrasse alguma coisa com aquele hino real insulso e com aquelas *toillettes* de sarau na rua dos Franqueiros!

Porque não dariam os exploradores conta dos seus trabalhos numa sessão pública e sem aparato? [...]

Numa conferência pública, Capelo e Ivens dariam afoitamente conta do seu trabalho, interessando o povo no necessário movimento de revivescência colonial e sendo certamente melhor compreendidos e escutados do que o foram por grande parte daquela multidão de curiosos de ambos os sexos, que atolavam o S. Carlos¹⁴⁸.

Os socialistas portugueses, porém, não eram de todo hostis às grandes expedições do tempo, mas tinham algumas reservas quanto aos objetivos que estas se propunham obter e aproveitavam também a ocasião para se demarcar da feição patriótico-nacionalista de que as expedições se revestiam, conforme se pode verificar no excerto abaixo transcrito:

Não somos patriotas, nem tão pouco nos deixamos arrastar por entusiasmos que nem são para a nossa consciência, nem são para o nosso sentimento.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 31.

¹⁴⁶ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 117.

¹⁴⁷ “A conferência dos exploradores”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 4 de outubro de 1885, p. 1.

¹⁴⁸ “A conferência dos exploradores”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 4 de outubro de 1885, p. 1.

Entendemos o patriotismo como um sentimento egoísta, um prejuízo torpe, que não serve senão para alimentar ódios inconcebíveis, apenas favoráveis aos desejos e ambições dos exploradores populares. Mas daqui a dizermos que Portugal deve ficar inerte na cruzada civilizadora [...], embrulhar a sua inércia e a sua incapacidade na bandeira que outrora atravessou os mares, levando a longínquas terras as primícias da civilização — daqui a dizermos isso, vai uma abismo insondável. [...]

O nosso patriotismo é o amor da humanidade inteira, é o ódio profundo, interminável, contra os exploradores que de um ao outro ponto do mundo se alimentam da seiva popular. [...] Temos a grande pátria — a humanidade, e o grande princípio — a civilização.

Mas por isso, porque somos assim, é que nós entendemos que Portugal tem o dever de não permanecer estacionário ante a grande obra da civilização dos nossos dias; é que nos congratulamos porque os nomes de Capelo e Ivens se possam inscrever ao lado dos de Livingstone e Stanley. [...]

E porque assim pensamos porque prezamos em muito a causa do progresso humano, é que entendemos que Portugal tem a necessidade inadiável de corresponder aos encargos da sua posição histórica e geográfica; é que nos associámos às saudações aos beneméritos exploradores. Atrás deles seguiu a revolução. Deixai civilizar, deixai arrotear o cérebro do preto, que a ideia penetrará nele mais facilmente, levando-o a associar-se-nos na luta contra os nossos comuns roubadores¹⁴⁹.

Apesar dos seus esforços, o império colonial português encontrou, desde cedo, algumas condicionantes que goraram quaisquer esforços expansionistas e uma política colonial eficaz, dificultando também o controlo das áreas ocupadas. Além dos desencontros luso-ingleses em matéria alfandegária que diminuía as receitas portuguesas, era evidente a falta de apoios militares na conquista do interior africano e a resistência dos nativos¹⁵⁰; por outro lado, existia o constante conflito entre poder central e os poderes locais das colónias, impossibilitando projetos de expansão territorial, como o previsto para a área de Cabinda e Baixo Congo até

¹⁴⁹ “Capelo e Ivens”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 20 de setembro de 1885, p. 1.

¹⁵⁰ SMITH, Gervase — *O III Império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p. 66.

Ambriz, e a fraca mobilização de colonos portugueses, existindo sempre uma forte resistência à emigração¹⁵¹.

A respeito das colónias lusas, *O Protesto Operário* oferece um retrato das suas características geográficas e comerciais (geralmente desfavoráveis), citando partes da obra *O Brasil e as colónias portuguesas*, da autoria de Oliveira Martins, publicado em 1880. A realidade colonial apresentada pelos socialistas realça, desde logo, as condições geográficas desfavoráveis em Angola, onde o “chão ingrato repele o colono” e onde apenas nos “territórios interiores agricultáveis” é que seria “possível o estabelecimento de fazendas ou colónias”¹⁵². A nível comercial, *O Protesto Operário* refere que Angola, colónia dotada com as características de uma “feitoria comercial”, veem-se “bandeiras de todo o mundo” e “nove décimas das importações e exportações são estrangeiras”¹⁵³. Deste modo, o “fomento comercial em Angola” era feito “não em proveito, mas em prejuízo do comércio português”¹⁵⁴ e, como o “comércio colonial é estrangeiro”, os socialistas concluíam que “Angola é um encargo e não uma riqueza”¹⁵⁵, havendo nos seus territórios “domínio sem ocupação efetiva”¹⁵⁶. A situação de Moçambique não diferia muito, sendo “um exemplo de uma feitoria em que apenas a bandeira é portuguesa” e o “comércio é francês”¹⁵⁷. Desde a década de 1850, existiam planos para consolidar o poderio e o domínio do litoral não só de Angola mas também de Moçambique, com reforço de zonas estratégicas, repressão ao tráfico negreiro, fomento económico colonial, entre outras, e, também nessa mesma década, a política colonial começara a afastar-se das iniciativas meramente económicas e administrativas, procurando legislar a nível colonial, como é exemplo a extinção dos “prazos da Coroa” em Moçambique (1854), ou a concessão de vantagens ao clero que se instalasse na região, visando criar novas condições de desenvolvimento agrícola na Zambézia, de forma a atrair a emigração de população portuguesa¹⁵⁸. Outros fatores contribuíram para diminuir as ações portuguesas nas suas colónias até à década de 1870, como as expedições militares realizadas na década de 1860, com resultados desastrosos para o lado português ou a crise financeira nos anos de 1868

¹⁵¹ ALEXANDRE, Valentim — Um Império Virtual in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 82-83.

¹⁵² “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵³ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵⁴ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 18 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵⁵ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵⁶ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 18 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵⁷ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 18 de maio de 1884, p. 1.

¹⁵⁸ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 122, 124.

e 1869, que puseram fim às campanhas nas colónias, falhando o projeto de unir Angola a Moçambique e mantendo-se o controlo português sobre as suas respectivas costas sempre frágil e precário¹⁵⁹.

O novo impulso colonial português, iniciado na década de 1870, foi marcado sobretudo pela ação do ministro do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, que pretendia abrir o império ao exterior, numa tentativa de “civilizar” a África, passando sobretudo por “remover barreiras protecionistas e pelo recurso a capital estrangeiro”, “incentivar a produção, acabando com a escassez dos capitais nacionais” e dar particular ênfase às relações com Inglaterra, que se encontravam tensas devido à questão da escravatura ou a conflitos territoriais¹⁶⁰. Na sua proposta de lei de 2 de março de 1876 visava o financiamento de obras públicas no ultramar e realçava a necessidade de acabar com o trabalho servil em África, de forma a levar as províncias africanas a “uma nova era de civilização e progresso”, criando condições para as tornar rentáveis, e de realizar toda uma série de melhoramentos que iam desde o “desvio das águas dos rios, ao melhoramento dos portos, a construção de canais, pontes, alfândegas, abertura de vias de comunicação”, entre outros¹⁶¹. As iniciativas de Andrade Corvo, porém, saíam frustradas e as décadas de 1870 e 1880 trouxeram a Portugal uma série de tratados humilhantes com Inglaterra, assinalando um ponto culminante na política colonial nacional, pautada por uma crescente ameaça externa. A Sociedade de Geografia de Lisboa lançou uma “subscrição nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios sujeitos e adjacentes ao domínio português em África”, emulando as iniciativas europeias, chegando-se mesmo a fazer referências à “missão civilizadora” portuguesa, de modo a fazer frente à competição estrangeira e como resposta à crise económica que se agravava¹⁶². Foi também neste clima de premência e de exaltação patriótica que começaram a surgir jovens militares dispostos a aventurarem-se em África ao serviço da pátria¹⁶³, numa tentativa de fazer valer a soberania e os direitos portugueses. Este entusiasmo geral, entendido pelos socialistas como um

¹⁵⁹ SMITH, Clarence — *O III Império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990, p. 66-67.

¹⁶⁰ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 150.

¹⁶¹ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 140.

¹⁶² LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 265.

¹⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 75.

empreendimento infrutífero e injustificado, também incentivou iniciativas privadas, como a aqui retratada:

O Sr. Narciso Feio, um rapaz que nos dizem ter sido republicano federal [...] está organizando uma expedição para levantar o nome português na África. Achamos, pelo menos, muito honesta a ideia, que não pode deixar de alegrar os nossos burgueses dirigentes. Mas *honesto* não quer dizer *profícua*. Portugal nunca pode ser um país *colonial*, porque não é uma potência *comercial*, como não é coisa alguma mais do que uma fábrica de bacharéis e amanuenses. Como quer pois, o Sr. Narciso levantar o nome português na África? Acaso a simples partida para essas regiões de uma ou duas dúzias de rapazes, resolve a questão? E, resolvida ela, que tem com isso a lucrar o povo? Liberta-se da miséria, da exploração, do salariado? Francamente, achámos inútil o sacrifício desses enérgicos rapazes. A *pátria* não passa de uma ficção para nós, povo, que temos de emigrar em busca de pão. Que devemos, pois, nós à *pátria*? Que interesses temos nós na África? Decididamente, o Sr. Feio deixou-se influenciar pelas suas impressões generosas de rapaz¹⁶⁴.

Ainda a este respeito, *O Protesto Operário* denuncia o caráter de classe que estas expedições detinham, ou seja, eram organizadas pela elite burguesa, mas realizadas, na prática, pelas classes baixas, como evidencia o seguinte excerto:

Custa-nos tirar semelhantes conclusões neste momento, mas a rigorosa lógica obriga a isso. [...] os factos brutais mostram-nos a existência das classes, base e essência do nosso meio social, revelando o egoísmo que se acoberta ainda sob a capa dos mais apregoados sentimentos de sacrifício e devoção cívica. O oferecimento dos voluntários não foi aceite por isto: porque são filhos de burgueses, senão burgueses eles próprios. Quanto aos soldados esses têm de partir, arriscando tudo quanto possuem, porque são simples proletários, ou filhos de proletários¹⁶⁵.

¹⁶⁴ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1 e 2.

¹⁶⁵ “A expedição à África”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 21 de dezembro de 1890, p. 1.

Para os socialistas, o furor patriótico em torno das colónias resultava dos interesses da classe dirigente e do domínio do capital, pelo que o patriotismo seria apenas um pretexto com vista a novos ganhos. Num artigo intitulado “Os Patriotas”, *O Protesto Operário* aproveita a ocasião da venda de minas no ultramar para denunciar a prioridade dada à obtenção de lucro e para evidenciar a situação proletária portuguesa, que o governo português descurava, preferindo recorrer a mão de obra estrangeira:

Os especuladores da política fazem grande bulha por causa da venda de umas minas, nas colónias portuguesas, a estrangeiros. [...]

Mas os políticos capitalistas berram. Berram por patriotismo? A pátria é o jogo dos fundos. Vejam se eles se importam em explorar os trabalhadores, mandando-os vir do estrangeiro, quando no mercado nacional a escassez dos braços pode fazer subir os salários!

A questão das concessões de Moçambique não é, pois, uma questão patriótica: é um pretexto político.

O governo fingindo-se muito ingénuo, cedeu as minas a uma companhia de exploradores para que eles as aproveitassem em seu benefício próprio.

Essa companhia, entendendo que o capital não tem pátria, vendeu a concessão aos ingleses, mais ou menos licitamente¹⁶⁶.

Nesse mesmo artigo, continua a denunciar-se a primazia dos interesses da burguesia e a prioridade dada à situação em África, ignorando a realidade de miséria com que o país convivia todos os dias:

Há aqui um escândalo? Há sem dúvida.

Mas o que admira é que os patriotas, que veem tanto escândalo em África, não vejam o que vai por Lisboa, mesmo aqui em frente do nariz. [...]

E isto não veem os patriotas!

Não veem a miséria do povo, crescendo na razão porque se desenvolve a preponderância do capital!

Mas vemo-lo nós.

Ao capitalismo vemos que é preciso opor o socialismo¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Luís de Judicibus, “Os Patriotas”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 21 de abril de 1889, p. 2.

¹⁶⁷ Luís de Judicibus, “Os Patriotas”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 21 de abril de 1889, p. 2.

A conjuntura desastrosa que se verificaria em finais do século XIX, para a qual contribuíram os tratados negociados entre Portugal e a Grã-Bretanha nas décadas de 1870 e 1880, era também percecionada pelos socialistas como resultado do sistema capitalista, vindo estes tratados a ser asperamente criticados pelo Partido Socialista Português, como o seriam por republicanos e legitimistas, ou pelos próprios partidos monárquicos na oposição, como se analisará no capítulo seguinte.

3. Diplomacia portuguesa relativa às questões coloniais

Pretende-se, no presente capítulo, fazer a análise e interpretação dos aspetos relativos à diplomacia portuguesa em finais de oitocentos de acordo com a perspetiva socialista, com ênfase particular em dois convénios, o Tratado de Lourenço Marques (1879) e o Tratado do Zaire (1883-1884). Os referidos tratados correspondem a uma época crucial na vida nacional, em que a diplomacia portuguesa se vê em confronto com outras nações europeias, em particular a Inglaterra, e em que a premência de salvaguardar os direitos portugueses em África se torna cada vez mais manifesta.

Será pois pertinente verificar de que forma o Partido Socialista interpreta estes acontecimentos, bem como as consequências que estes tiveram para a realidade nacional e, novamente, o modo como poderiam afetar o público-alvo deste periódico, ou seja, o proletariado. Pretende-se ainda evidenciar as principais críticas aos governos nacionais, aos partidos e ao país.

3.1 Tratado de Lourenço Marques

Ultrapassadas as tensões com a Grã-Bretanha que marcaram os tempos anteriores à década de 1870 em matérias como a abolição da escravatura, dá-se uma inversão das relações entre Portugal e Inglaterra, em parte pela ação governativa do Ministro do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros, Andrade Corvo, que procurava agora uma colaboração próxima, iniciando as negociações em 1878 para viabilizar a utilização do porto de Lourenço Marques pelos britânicos¹⁶⁸, um tratado de comércio e navegação, assim como a livre passagem de tropas inglesas que procuravam submeter as revoltas zulus¹⁶⁹. Esta aproximação à histórica aliada surgia no contexto de procura de um entrave aos crescentes interesses europeus no ultramar que colidiam com os portugueses¹⁷⁰, pelo que a Grã-Bretanha, através do “exercício da sua influência moral e política”, impediria o “domínio da força e o princípio brutal da

¹⁶⁸ ALEXANDRE, Valentim — A aproximação luso-britânica in ALEXANDRE, Valentim — *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, vol. 3, p. 175.

¹⁶⁹ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 20-21.

¹⁷⁰ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 263-264.

conquista”¹⁷¹. O primeiro passo nesta aproximação consistiu na aprovação de um tratado relativo a Goa (Tratado da Índia), também negociado em 1878, que permitia a construção de uma ligação ferroviária entre Mormugão e a Índia britânica¹⁷². No mesmo ano, iniciaram-se as negociações para o Tratado de Lourenço Marques, também respeitantes à construção de uma via ferroviária, visando conectar as redes de ambos os países, servindo Lourenço Marques como terminal para Inglaterra¹⁷³, a troco de vantagens ao comércio inglês¹⁷⁴. As negociações, porém, depararam-se com reservas por parte da Inglaterra em inícios do ano seguinte, com o Colonial Office a decidir que “a altura não era oportuna para negociações com Portugal”¹⁷⁵, recusando mesmo o financiamento da linha férrea patente no acordo, numa altura em que decorriam os confrontos com os zulus, deixando para Portugal a responsabilidade pelas concessões¹⁷⁶.

Dos tratados negociados por Andrade Corvo, apenas o Tratado da Índia foi aprovado em 1878-1879¹⁷⁷, sendo considerado pelos socialistas como um tratado pouco relevante, já que a Índia era vista como “um fantasma apenas útil aos afilhados políticos”, não merecendo “o sacrifício de um real”, nem prometendo “um chavo de benefício”¹⁷⁸. Já o Tratado de Lourenço Marques, que, segundo o jornal socialista, constituiu o “último ato governativo progressista”¹⁷⁹, “pouco mais importância tinha. Morreu, é certo, e antes assim porque era vergonhoso”, e se “vingasse, se fosse avante, sujava os estadistas sem lesar o país”¹⁸⁰. Porém, as críticas ao tratado não foram feitas somente pelos socialistas, considerando-se em geral que este convénio seria demasiadamente favorável ao lado inglês¹⁸¹. Com efeito, o acordo era

¹⁷¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 106.

¹⁷² ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 151.

¹⁷³ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 27.

¹⁷⁴ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 143.

¹⁷⁵ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 27-28.

¹⁷⁶ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 120.

¹⁷⁷ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 264.

¹⁷⁸ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

¹⁷⁹ “A situação”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de janeiro de 1884, p. 2.

¹⁸⁰ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

¹⁸¹ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 264.

visto como a “entrega de Moçambique e o abandono de Angola aos ingleses”, bem como um “ato de abdicação da independência”, pelo que suscitou a contestação não só de alguns setores monárquicos e legitimistas, mas também de republicanos cuja popularidade crescia com a aprovação deste tratado¹⁸². Refira-se que este convénio também encontrou forte resistência nas colónias, designadamente por parte dos comerciantes afetos à política protecionista, em contraste com a política de livre comércio que se procurava implementar¹⁸³. Malquerido por quase todos, a ratificação do tratado constituiu um processo prolongado e gorado: foi submetido às cortes a 20 de abril de 1880, para ser aprovado o mais rapidamente possível (por pressão inglesa) de forma a acabar com o furor de críticas políticas e na imprensa¹⁸⁴, mas foi adiado para nova aprovação a 25 de março de 1881, e logo abandonado, altura em que caiu o governo progressista, terminando não só com o tratado, mas também com todo o sistema defendido por Andrade Corvo¹⁸⁵.

3.2 Tratado do Zaire

“De todos os tratados negociados por Portugal ultimamente, nenhum há mais indecoroso que o tratado do Zaire”¹⁸⁶. É assim que *O Protesto Operário* apresenta este tratado correspondente a uma antiga pretensão portuguesa, a um território situado numa zona de tensão com a Inglaterra, a zona do Congo, e na qual aquele país acabou por se impor, apesar de todas resistências interpostas pelos governos portugueses¹⁸⁷, que, conforme Valentim Alexandre indica, a partir de 1875, retomaram os seus esforços no sentido de oposição à sua antiga aliada, a qual disputava desde 1855 a ocupação portuguesa da povoação de Ambriz, a partir da qual se seguia para o baixo Congo¹⁸⁸. A Inglaterra nunca reconheceu os direitos

¹⁸² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 121.

¹⁸³ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 151.

¹⁸⁴ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 33.

¹⁸⁵ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 150.

¹⁸⁶ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

¹⁸⁷ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 122-123.

¹⁸⁸ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 152.

“incoerentes” de Portugal no Congo, baseados em descobertas prévias, mas nunca acompanhadas de uma ocupação, pelo que celebrou sucessivos tratados com os chefes nativos, numa clara tentativa de gorar as reivindicações de Portugal, com este último a aumentar a sua presença naval no estuário do Congo¹⁸⁹, em resposta. Apenas em 1882 é que a Grã-Bretanha se mostrou disposta a abrir negociações sobre os direitos portugueses, para o que contribuiu o tratado (mais tarde ratificado por França) entre Pierre Savorgnan de Brazza e o rei Makoko no Congo¹⁹⁰. Estas negociações luso-britânicas, cujas conversações se revelaram árduas e quase irreconciliáveis, eram, na perspetiva inglesa, nada mais do que uma compensação pela posição proveitosa dos mercadores ingleses nas colónias portuguesas, enquanto para Portugal seria o simples reconhecimento dos seus direitos históricos, existindo sempre a ideia de que a Portugal era devida a posse de um vasto território na África central, correspondente ao baixo Congo e toda uma região que uniria Angola e Moçambique¹⁹¹. Apesar de reconhecerem os direitos históricos de Portugal, os socialistas atribuem aos governos “burgueses” a culpa da pouco proveitosa situação colonial:

Nós, os portugueses, possuímos de facto todos os direitos sobre o Congo, como os possuímos no resto sobre grande parte da África. Mas o que havemos nós feito com justiça a favor da civilização dos povos que habitam esses territórios, pelos nossos exploradores primitivamente descobertos?

Não temos feito nada; esta é que é a verdade. Triste verdade, por certo, mas perfeitamente de acordo com as inúmeras glórias que ao país têm dado os hábeis governos da burguesia!

A África deve-nos, na parte dominada, a remessa de degradados corruptos e de governadores sem critério na sua maioria, imorais e vexatórios não poucas vezes, senão quase sempre.

¹⁸⁹ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 42.

¹⁹⁰ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 122.

¹⁹¹ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 154-155.

Na parte não dominada, no sertão, deve-nos por vezes continuadas extorsões e nenhuns benefícios, senão investidas ridículas que nos desprestigiam e arrancam toda a força, aos olhos dos nacionais¹⁹².

Ainda a este respeito, alertava *O Protesto Operário* que a situação então vivida se deveria à inadequada resposta de Portugal aos assuntos coloniais, apenas reagindo quando havia perigo iminente. Nesta conformidade, expôs a ameaça (pouco surpreendente) que França constituía na situação no Congo, e para a qual, mais uma vez, o país fechava os olhos, não obstante os sinais reiterados de alerta:

Em Portugal, há um costume inveterado, que tudo mata e aniquila. Consiste ele em desprezar-se todos os avisos providentes, soltando-se depois, no momento do perigo, o rafeiro da declamação nacional, que vá a correr, agitando a cauda, procurar impedir a marcha ao inimigo habilidoso. Os resultados são quase sempre funestos. Assim, agora nós vemos todos o espanto geral com que se espreita a atitude da França, que ameaça o nosso domínio colonial.

Todos se admiram, e todos se exaltam — até os menos patriotas. E no entanto, semelhante atitude de pouco valerá infelizmente, não porque seja falta de justiça, mas porque é escassa de providência¹⁹³.

Face a esta realidade, os socialistas apressaram-se na clarificação e defesa da sua posição em matéria colonial — domínio cada vez mais pertinente para a vida nacional e para o povo português — bem como em comentar o envolvimento da França na questão do Congo, que surgia como resposta aos interesses da burguesia e, cujas previsões, a seu ver, foram confirmadas:

Parecerá, sem dúvida, extraordinário, que nós, — que diariamente condenamos o prejuízo, que chamamos *patriotismo* — empregemos os nossos esforços na discussão desta grave questão colonial, preterindo talvez mil e outros assuntos que mais se poderiam prestar aos fins de

¹⁹² Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 3 de dezembro de 1882, p. 1.

¹⁹³ Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 3 de dezembro de 1882, p. 1.

propagandística. Se os operários não têm na África um palmo de terra, dirão alguns, que se devem eles importar com o que lá sucede? [...]

Com efeito, nem as questões do nosso domínio colonial são indiferentes ao bem-estar do povo, nem tão pouco nos deixamos arrastar por impressões cavalheiras. Não somos patriotas, no sentido egoísta que se liga à ideia da *pátria*, nem somos indiferentes, na forma por que aí se pavoneia o indiferentismo pelintra dos ignorantes jactanciosos. [...]

Mal pensámos então que tão breve veríamos no parlamento francês, a confirmação das nossas desprezíveis opiniões, [...] e, contudo, a discussão do orçamento colonial francês, veio a confirmar como o regime colonial é em si dependente de forma social das nações colonizadoras. No parlamento francês atacou-se vivamente, em discursos notabilíssimos, o regime militar predominante nas colónias francesas. E estes ataques são nada menos que a expressão das necessidades sentidas pela burguesia dominante na França¹⁹⁴.

Neste clima, em que se evidencia o facto de Portugal se mostrar incapaz de competir no terreno colonial, apesar do seu peso histórico, restava-lhe ficar inerte enquanto a Europa se impunha na África numa procura incansável de expansão dos seus mercados, o que naturalmente se sobrepunha aos interesses portugueses. Vejamos como se apresenta aqui o ponto de vista socialista, através da pena de Luís de Figueiredo, numa altura em que arrancava a questão colonial, com inevitáveis repercussões para Portugal e para o mundo:

No entanto, enquanto dormirmos descuidados à sombra das nossas glórias, recostados aos *Lusíadas* e à nossa paz de espírito, as necessidades manufatureiras da Europa industrial forçam as restantes nações a procurar mercados futuros para os seus produtos e, consequentemente, a expropriar-nos por utilidade pública! A Europa, batida pela América, que lhe invade já os mercados, [...] busca melhorar a sua situação, chamando ao convívio civilizador as populações africanas, e criando novos elementos de vida para a sua indústria. E nós, que primeiro que nenhuma nação, temos em nossa mão os elementos da nossa riqueza e prosperidade como povo civilizado, nós, que temos a nosso lado, os esforços grandiosos de umas poucas

¹⁹⁴ Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 10 de dezembro de 1882, p. 1.

gerações fortes, nós, repetimos, faltamos às nossas obrigações chanceladas pela história de um passado grandioso e deixamos que nos arrebatem elementos valiosos da nossa reconstituição nacional!

Sob este ponto de vista, porque vemos na questão do Congo uma pequena parcela do futuro da grande questão colonial, é que nós censuramos os governos pela sua imprevidência e pela sua corrupção — que nos arruinam, empobrecendo a indústria e corrompendo o país!

Não nos erguemos em nome da pátria, que isso seria uma inépcia, erguemo-nos em nome da necessidade da nossa indústria, da nossa dignidade como cooperadores da civilização com temperança, do nosso passado como conquistadores e navegadores.

Não o faríamos amanhã, quando as necessidades sociais fossem outras.

Fazemo-lo hoje, quando os interesses de todos os povos assim o exigem.

Não dizemos a pessoa alguma, — odiemos os povos que compreendem as suas necessidades e querem expulsar os ineptos que não conhecem os seus interesses. O que dizemos a todos, o que queríamos que compreendessem, é que os títulos concedidos pela civilização do século XV não foram ratificados ainda pela civilização do século XIX.

E para que esta os ratifique é necessário que nós sejamos dos nossos dias, que acompanhemos o movimento social pela revolução, que é o progresso, o trabalho, a civilização e a ordem — pela neutralidade dos interesses e pela igualdade dos direitos¹⁹⁵.

Das negociações iniciadas em 1882 com a Inglaterra resultava o reconhecimento da soberania portuguesa em África entre 5° e 12° sul¹⁹⁶, ou seja, “desde o rio Cacongô até ao paralelo do cabo Lombo”, que “compreende povoações como Landana, Molembo e Cabinda”, bem como “a sua extensão para o interior até T’Chimbuanda”¹⁹⁷, conforme noticiava *O Protesto Operário*. Porém, impuseram-se também algumas condicionantes a Portugal: as fronteiras portuguesas não ultrapassariam o Porto da Lenha, nem “os limites das terras ocupadas pelas tribos costeiras”, pretendendo-se também a liberdade das ações

¹⁹⁵ Luís de Figueiredo, “A questão do Congo”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 10 de dezembro de 1882, p. 1.

¹⁹⁶ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 152.

¹⁹⁷ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 22 de fevereiro de 1885, p. 4.

missionárias¹⁹⁸, assim como a liberdade de comércio, agora reconhecida como um princípio fundamental da lei internacional¹⁹⁹. As negociações para o Tratado do Zaire, envoltas em secretismo de forma que nada o pudesse prejudicar, arrastaram-se ao longo de 1883²⁰⁰, com o assunto dominando a imprensa nacional e o Partido Regenerador a evitar abordar a situação, face à oposição pronunciada do Partido Progressista, fortemente contra o tratado anglo-luso²⁰¹. A imprensa socialista também se pronunciou sobre a questão do Zaire, num tom de crítica que incide na monarquia e suas políticas, mas também na crescente influência dos republicanos:

Há mais de dois meses que a questão do Zaire faz parte obrigatória das lucubrações jornalísticas, e, até hoje, ainda não lemos em nenhum periódico aquilo que mais importa saber, isto é — *o que se devia ter feito e o que se há-de fazer na questão do Zaire*. [...]

O caso é que, se interrogarem o povo sobre a questão do Zaire, ele apenas responderá:

— É um roubo que a França e a Inglaterra nos querem fazer: é um insulto que um tal Bright nos cuspiu no rosto. [...]

— Mas, o que se há-de fazer?

No presente, felicitar o major Quillinan, dar-lhe uma espada de honra e outras provas de consideração por ter respondido ao tal Bright, com delicada altivez, em desafronto do país; e no futuro proclamar a república.

— Mas o Zaire? O que se há de fazer já, e seguidamente, para se resolver a questão do Zaire?

Atualmente, nada se pode fazer porque a monarquia vende o país em troca da proteção estrangeira; agora, mais tarde, proclama-se a república.

— Depois?

— Depois... veremos.

¹⁹⁸ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 122-123.

¹⁹⁹ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 55.

²⁰⁰ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 156.

²⁰¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 124.

Eis aqui o que o povo diz sobre o Zaire, reproduzindo o saber e as palavras dos seus chefes. Mas será isto uma solução? Tem o povo algumas noções do que seja a questão africana?

Não, decerto²⁰².

Assim, para elucidar os seus leitores, *O Protesto Operário* comenta o futuro da situação do Zaire e da questão colonial portuguesa nos seguintes termos:

O Zaire está sendo uma mina política, como o foi Lourenço Marques. Especula-se com o sentimento do povo e nada mais. [...]

No mais, a sorte do Zaire, como todo o domínio colonial português, está jogada; e o resultado há de ser tanto mais desastroso, quanto é certo que, na política nacional, se ignoram as modernas noções de colonização, correndo-se atrás do fantasma da história, sem ver que se deixa a realidade por uma visão quimérica, embora grandiosa e sedutora²⁰³.

O Tratado do Zaire foi finalmente assinado a 26 de fevereiro de 1884, sendo reconhecido a Portugal, com algumas limitações, o domínio no troço final do rio, recebendo a Inglaterra, em troca, benefícios comerciais e territoriais²⁰⁴. As oposições de âmbito nacional não se fizeram esperar, desde logo pelas praças mercantis de Luanda e pela Associação Comercial de Lisboa, que, desde 1883, solicitava ocupação territorial acompanhada de medidas de proteção à navegação e ao comércio no Congo, objetivo a que o tratado não conseguiu dar resposta, ficando esses setores mercantis a braços com uma feroz concorrência estrangeira²⁰⁵. Este descontentamento geral originou “uma intensa explosão de orgulho nacional ferido, que ganhou a imprensa de todas as cores políticas”²⁰⁶. Tal sentimento de injustiça, humilhação e submissão à Inglaterra também se encontra bem patente no *Protesto Operário*, que apresentou o tratado com as mais negras cores:

²⁰² “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de maio de 1883, p. 1.

²⁰³ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de maio de 1883, p. 1.

²⁰⁴ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 156.

²⁰⁵ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 123.

²⁰⁶ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 152.

Além de ser vergonhoso é prejudicial e, sobretudo, supinamente humilhante. Que Portugal abra o Zaire à navegação de todos os países, de acordo, nem outra coisa tinha a fazer, mas isto de *motu* próprio, sem a intervenção da Inglaterra, [...] que pede direitos excepcionais sem o mais breve vislumbre de razão.

O Zaire é livre [...] essa grande via fluvial africana é propriedade coletiva de todas as nações. [...]

Mas a que vem esse tratado com Inglaterra?

A que vêm os compromissos de ser o nosso pobre país obrigado, sem benefícios, a despesas e a encargos incalculáveis? A que vem o favoritismo com o povo e o comércio britânico? — Pelo consentimento da Inglaterra a que Portugal tenha a jurisdição de honra e despesa num território onde de facto já exercia essa jurisdição ainda que pouco extensa? [...]

O que parece é que esta nação foi condenada a desaparecer do mapa das nações e que, [...] os *nossos senhores* vão pondo sob garra inglesa todo o espólio colonial deste país moribundo. [...]

Isto porém não pode consentir-se. É uma vergonha e uma ladroeira. É infame que haja uns sujeitos que estejam assim a roubar bocados à nação ponto [...]

Na verdade, o Partido Regenerador afigura-se-nos um bando de salteadores, que tendo amarrado solidamente a sua vítima, o país, a vai despojando delicadamente de tudo que esta possui²⁰⁷.

A conjuntura da situação colonial portuguesa assumiu tais contornos que os socialistas sentiram a necessidade a organizar um comício, realizado a 4 de maio de 1884, cujas deliberações determinaram que o periódico deveria publicar “uma série de artigos tendentes a esclarecer a opinião acerca do Tratado do Zaire”, da “África portuguesa” e do “interesse que o proletariado pudesse ter nestas questões”²⁰⁸. De forma a esclarecer esta matéria, os socialistas realçam as consequências da submissão face à Inglaterra:

O Tratado do Zaire, de alta importância para o governo inglês, vai fazer passar o país pelo mais apertado lance. A Inglaterra, que manda e impera por absoluto no gabinete português, dá-lhe espantosos encargos, a animosidade

²⁰⁷ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

²⁰⁸ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

de todas as nações cultas, e ainda leva o melhor quinhão, afora a salvaguarda de interesse que naquela região africana, ela não podia defender cara a cara. Portugal serve neste momento de máscara e escudo à Grã-Bretanha; e ainda por cima, o povo português pagará com largos sacrifícios pecuniários esta trica do mercantilismo inglês²⁰⁹.

Esta reunião, promovida pelo Conselho Federal do Sul, definiu ainda a posição dos socialistas lisboetas em relação ao tratado e as suas consequências para o proletariado e para os povos africanos:

A discussão correu animada, sendo aceite a proposta do conselho para se protestar contra aquele tratado e se auxiliar toda a ação contra ele, aguardando-se, porém, o momento mais oportuno, visto o tratado naufragar na oposição diplomática de todas as nações que próxima ou remotamente, se julgam com interesses no continente africano.

Resolveu mais a assembleia que no *Protesto Operário*, fosse publicada uma série de artigos com referência àquele tratado e a arrancar à opinião pública a choraminguice patriótica em que se afoga a propósito de todos os assuntos internacionais.

A assembleia concordou também que o tratado, se afeta os proletários, é pelo lado moral e não material; pois quer ele seja ou não aprovado, a exploração capitalista continuará implacável e com a mesma intensidade.

A quem o tratado interessa sobremaneira é ao povo africano, ontem explorado ferozmente como gente escrava, hoje ferozmente explorado como gente livre. [...] Brancos e pretos formam atualmente uma só família, vítima da tirania capitalista.

O negro ao ser roubado pelo negociante inglês, ou de qualquer nação, quando ele troca os produtos do solo africano pelos das fábricas de Manchester, ou outras, não sabe de certo, que *negros* de pele branca foram também roubados pelo industrial parceiro do seu ladrão!

A gente africana ignora a ferocidade da civilização europeia [...] nós, porém, bem sabemos o que quer essa civilização que hoje morre de amores pelo negro, pela mesma razão que a de ontem o rasgava às chicotadas²¹⁰.

²⁰⁹ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

²¹⁰ “O Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 2.

A indignação face a este tratado também ficou evidente na imprensa progressista, republicana e miguelista, bem como no setor mercantil (representado pela Associação Comercial de Lisboa)²¹¹ e na opinião da Sociedade de Geografia de Lisboa, que considerava o tratado humilhante para o orgulho nacional, pela forma como beneficiava o lado inglês²¹². Esta conjuntura vinha reforçar o nacionalismo imperial, que via a situação como uma cedência injusta a uma potência que se aproveitara de Portugal, levando a uma radicalização de posições, como o caso do Partido Republicano, que se lançou numa intensa campanha de protestos, contra a “pátria ameaçada” e contra o “abominável escândalo”²¹³.

²¹¹ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 156.

²¹² AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 65-66.

²¹³ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 152-153.

4. Conferência de Berlim

A zona do Congo, ou do Zaire, era já, nos inícios de 1880, bastante disputada e de crescente tensão, contando com forte presença missionária, mas também de exploradores, como o caso de Henry Morton Stanley que aí fizera duas expedições (em 1877 e 1879), ou ainda o estabelecimento de “estações” a partir da zona do Gabão por Savorgnan de Brazza, logo em 1880²¹⁴. Neste âmbito, Portugal e Inglaterra iniciaram, entre si, uma série de negociações para o reconhecimento dos direitos portugueses na região. Estas negociações, principiadas em 1882, viriam a originar o tratado anglo-luso de 1884, assinado em Londres a 26 de fevereiro²¹⁵ e que gerou contestações não só do lado português, como já se viu, mas também em Inglaterra, onde se opunham alguns setores mercantis que contestavam a imposição das tarifas portuguesas em produtos estrangeiros, ou da parte das sociedades antiesclavagistas que temiam que o tratado originasse um aumento do tráfico humano, como o que ocorria entre Angola e as ilhas de S. Tomé e Príncipe²¹⁶. O tratado, porém, não chegou a vingar, contando desde logo com a oposição da França²¹⁷, mas também da Bélgica e da Alemanha²¹⁸, que protestavam contra o que entendiam ser o “condomínio anglo-português estabelecido sobre o Zaire”²¹⁹, que ameaçava alienar as restantes potências europeias e os seus interesses.

A questão do Congo criou a necessidade de fixar as regras comerciais em África e de definir os critérios de ocupação territorial de novos territórios, começando a ser organizada para o efeito a Conferência de Berlim²²⁰, por iniciativa de Bismarck, que convidara para a

²¹⁴ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 122.

²¹⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 75.

²¹⁶ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 64.

²¹⁷ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 126.

²¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 76.

²¹⁹ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 266.

²²⁰ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 153.

capital alemã representantes de todas as nações interessadas no comércio africano²²¹. Nesta conferência, que teve início em 15 de novembro de 1884, fez-se representar um total de catorze países. Além da Alemanha, a anfitriã, estiveram, em primeiro lugar: a França, a Grã-Bretanha, a Associação Internacional do Congo (Bélgica), Holanda e Portugal, todos com interesses diretos na partilha de África; seguiram-se os restantes países como Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Império Austro-Húngaro, Itália, Suécia, Rússia e o Império Otomano²²². Na conferência, Portugal fez-se representar por uma delegação composta por António de Serpa Pimentel, António José da Serra Gomes (Marquês de Penafiel), Luciano Cordeiro e Carlos Roma do Bocage²²³.

A anfitriã da conferência, a Alemanha, é-nos apresentada pelos socialistas como uma nação a braços com uma crise de superprodução industrial, pelo que a África se lhe afigurava como uma solução, sendo esta a razão pela qual se havia convocado tal conferência:

Citamos para exemplo a Alemanha, essa potência a que preside hoje esse génio da burguesia, o mais implacável e consciente inimigo das nossas doutrinas. Pois essa nação, a gloriosa vencedora de Sedan, atravessa hoje uma crise gravíssima. Depois de 1870 o desenvolvimento da sua indústria tem sido enorme. Em nenhum outro país se produz tanto e tão barato. [...]

Pois tudo isso, toda a alta sagacidade de Bismarck, não tem conseguido, nem conseguirá nunca, alterar as leis fatais da produção, que não se acomodam à atual forma de organização social. E a Alemanha vê faltarem-lhe os mercados; fecharem-se-lhe as manufaturas; desenvolver-se e progredir a miséria, aumentando o pauperismo como um enorme monstro ameaçador!

Ainda mais: a Alemanha é batida nos seus próprios mercados, a despeito do protecionismo das suas pautas. [...]

A isto, a esta necessidade de procurar melhorar as condições económicas da produção, que não se coadunam já com a forma de apropriação capitalista, é que visa a falsa política de *expansão colonial*²²⁴.

²²¹ AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p. 73.

²²² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 126.

²²³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 77.

²²⁴ “A expansão colonial”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de setembro de 1885, p. 1. Ver anexo 2.

Em Portugal, as reações a esta conferência polarizaram-se entre o triunfalismo, na certeza do reconhecimento da soberania e dos direitos portugueses, e um sentimento de vitimização, projetando-se que o país viria a ser despojado, desta vez por outras nações que não a Grã-Bretanha²²⁵. Neste contexto, as previsões dos socialistas em relação ao futuro português mantiveram-se inalteradas, considerando o “país mais lamecha e menos conhecedor da sua época”, que “verá toda a sua missão reduzida ao papel ignóbil de vedeta de rapinantes”²²⁶.

Deste modo, o jornal reitera as motivações capitalistas da conferência, designadamente a expansão da indústria e a exploração dos vastos recursos africanos em detrimento das populações africanas, criando-lhes novos vícios, hábitos e necessidades, situação à qual se juntavam as consequências perniciosas da evangelização:

Dissemo-lo já, e repetimo-lo mais uma vez: quanto a nós, o apregoado interesse pela chamada colonização africana representa apenas a aspiração burguesa do advento de novas populações à vida, ao convívio *civilizador* e por conseguinte, a criação de necessidades novas para essas populações semi primitivas, necessidades que, infalivelmente se traduzirão num acréscimo de consumo para os mercados industriais.

O que se quer [...] não é civilizar, nem educar. Civilizar pelo canhão!

Educar pelo missionário de qualquer religião, que em vez de ilustrar o cérebro virgem do preto [...] o vá entenebrece com dogmas absurdos, ensinando-lhe que o trabalho é um castigo divino e a fraternidade um princípio do céu, em vez de uma obrigação social!²²⁷.

Não será então de admirar que, para os socialistas, educar e civilizar sejam apenas um eufemismo e um pretexto para a exploração e a perpetuação do sistema capitalista, que tão desesperadamente necessitava de assegurar a sua sobrevivência:

²²⁵ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 153.

²²⁶ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

²²⁷ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

Não, não é isso que o burguês quer, porque ele é bastante utilitarista e bem conhece a inanidade das velhas lendas românticas. As matas virgens, as plantações verdejantes, sorriem-lhe ao cérebro, mas porque delas pode retirar em resultado prático, arrancando essas esplêndidas madeiras tão cobiçadas na Europa, trazendo aos nossos mercados a urzela, o algodão, o marfim [...]. O solo africano redobra, além disso de valor. Os terrenos europeus estão cansados e exaustos [...], repousam já frequentemente, como um corpo inanimado e mal proporcionam o sustento para as suas populações laboriosas, porque o burguês não lhes modifica cientificamente os processos de cultura, nem emprega os seus capitais em explorações úteis mas pouco rendosas²²⁸.

Assim, a Conferência de Berlim afigurou-se apenas como uma mera formalidade com vista a legalizar “a exploração e o roubo praticado para com as populações descuidadas”²²⁹ de África, que iriam assistir impotentes às deliberações da cimeira internacional, sem possibilidade de a contestar, num complexo jogo de interesses por parte das nações europeias, que os socialistas definem como uma “partilha de leões”²³⁰. A Conferência de Berlim visava definir os meios legais do direito internacional, começando por se estabelecer o princípio do comércio livre e, através deste, o “domínio colonial pertencerá de facto à potência que maior indústria e maior comércio tiver”²³¹. Porém, o princípio marcante desta conferência, como já foi dito, foi o estabelecimento, em 1885, do critério de ocupação efetiva como fator decisivo na ocupação dos territórios²³², algo que naturalmente colidiria com os interesses coloniais portugueses baseados no critério tido como “indiscutível e inalienável” dos direitos históricos, cujas bases haviam sido teorizadas em 1879 e em que se apoiava o populismo imperial²³³.

Ciente do perigo que as outras nações representavam para os seus interesses, e à medida que se estabeleciam os princípios do direito internacional, Portugal multiplicou os esforços

²²⁸ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1. O termo “utilitarista” aparece aqui como sinónimo de pragmatismo, perpetuando uma ideia bastante difundida de que o utilitarismo de John Stuart Mill, ou seja, a ação com base em cálculos utilitaristas, era sinónimo de egoísmo ou oportunismo.

²²⁹ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

²³⁰ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

²³¹ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

²³² LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 266.

²³³ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 154-155.

para obter reconhecimento das regiões situadas entre Angola e Moçambique, sobretudo através de expedições a esses territórios realizadas nos anos em que decorreu a conferência²³⁴, como a “grande travessia da África”, realizada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens²³⁵, mas cuja conjuntura não lhe foi benéfica, desde logo devido à opinião favorável ao reconhecimento da Associação Internacional Africana, de iniciativa do rei Leopoldo da Bélgica²³⁶, e à oposição de Inglaterra, que contestava a ocupação portuguesa das zonas situadas entre as suas duas maiores colónias, quando não existia nenhuma objecção por parte das restantes potências a tal iniciativa²³⁷.

Em finais de novembro de 1884, no decorrer da conferência, os socialistas de *O Protesto Operário* reafirmam os seus vaticínios relativamente aos direitos portugueses e denunciam as condições humilhantes das negociações:

Portugal verá, provavelmente, respeitados os seus caquéticos direitos de soberania, ficando, no entanto, aberto o Zaire ao comércio de todas as nações, cujos súbditos gozarão de iguais vantagens aos da potência *soberana*.

Quer dizer, Portugal terá de guardar as costas aos mercadores de outros países; de pagar-lhes indemnizações, de manter uma polícia naval e terrestre, que será dispendiosíssima; de contribuir para as despesas das missões civilizadoras, que servirão de agentes aos outros governos; terá todos os encargos, numa palavra, — para ter o gosto de chamar seu um território, que outros possuirão comercial e industrialmente! [...]

Mas não se desconsolam. No começo da era capitalista, Portugal teve a primazia entre os piratas, contribuindo nobremente para a nova época que se patenteava. Depois desse esforço grandioso [...], ficou arruinado e exangue. Está velho e decrépito: é a fábula do leão e do burro. O capitalismo escouceia-o e acabará por devorá-lo, como Saturno devorava os filhos²³⁸.

²³⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 74-75.

²³⁵ LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 266.

²³⁶ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 126.

²³⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal, O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 77.

²³⁸ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 30 de novembro de 1884, p. 3.

Ainda a este respeito, *O Protesto Operário*, que já havia denunciado as motivações e as consequências da conferência, aproveitou a ocasião para se apoiar num artigo do jornal *Correspondência de Portugal*²³⁹, alusivo à revolta sentida contra ela, um sentimento que não era partilhado pelos socialistas do mesmo modo, pois, nas suas próprias palavras, não são capazes de “entenebrece-se pela cegueira da indignação”²⁴⁰, limitando-se ao papel da advertência e da denúncia dos “males”. Este artigo de um periódico não socialista era transcrito de forma a dar aos que “precisam de luz” para “verem melhor toda a vileza; toda a infâmia das classes dominantes”²⁴¹, no qual se afirmava que a conferência assumira “o caráter de um sindicato de homens de negócio”, onde cada um trata “somente dos seus interesses”, e onde as “pastas de documentos e os rolos de mapas” que Portugal enviara para a conferência não surtiram efeito, pois “para mapa, basta o que [...] Bismarck colocou no seu salão”²⁴². Assim, Portugal seria inevitavelmente prejudicado e nada lhe restava senão remeter-se à sua posição de impotência, que, como se teve a oportunidade de mencionar, fazia parte do clima de incerteza e bipolarização de opiniões relativas à conferência. Como se dizia no *Diário de Notícias*, publicado um mês antes da conferência: “Em último caso, fica-nos a liberdade de protestar perante o mundo e a história, o desaforo das vítimas”²⁴³.

As objeções do Partido Socialista a esta conferência já são conhecidas, passando por denunciar fervorosamente os vícios do capitalismo e das nações europeias, na designada “assembleia burguesa presidida por Bismarck”²⁴⁴, com os socialistas a lavrar o seu protesto da seguinte forma:

E o roubo, e a exploração e a infâmia, irá acobertada com o nome de *civilização e progresso*. Será com o nome sagrado da *humanidade* que se perpetuará a torpeza, que se encobrirá a vilania!

Mas contra isso protestamos nós; protestarão, sem dúvida todos os nossos companheiros nas lides pela emancipação do povo. Sim, senhores

²³⁹ O periódico em questão é um jornal de notícias portuguesas e estrangeiras, cuja publicação se iniciou em 1862 e terminou em 1887 (SANTOS, Manuela — *Jornais e Revistas Portuguesas do século XIX*, p. 217).

²⁴⁰ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 7 de dezembro de 1884, p. 1.

²⁴¹ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 7 de dezembro de 1884, p. 1.

²⁴² “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 7 de dezembro de 1884, p. 1.

²⁴³ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 126.

²⁴⁴ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 7 de dezembro de 1884, p. 1.

burgueses! Senhores diplomatas, senhores capitalistas. Vós ireis roubar o preto; ireis apossar-vos desse solo que a natureza entregou a todos — mas não o fareis sem o protesto da nossa consciência, sem o protesto indignado das massas trabalhadores europeias; dessas massas tornadas brancas pelas influências naturais, que os vossos antecessores esbulharam das suas terras e que vós conservais na escravidão da ignorância e do salariado²⁴⁵.

Em finais de 1884 e inícios de 1885, a situação nacional está diagnosticada para os socialistas, com Portugal a ser responsabilizado por se “vender” às nações europeias, antes da conferência, provando também a sua incapacidade de possuir territórios ultramarinos:

A questão africana está perfeitamente definida, ainda para os mais ignorantes. — A África é no presente considerada uma grandiosa mina, e como tal, dada ao manifesto capitalista. Por consequência, os descobridores desse tesouro, especialmente descobridores, como Portugal, inábeis para a exploração, fazem o seu *negócio* com as grandes potências ou companhias capitalistas. Ora é sobre estas *negociações*, elaboradas muito antes da conferência de Berlim pela diplomacia que [...] Portugal recebera [...] uma ferida mortal.

A conferência de Berlim teve exclusivamente por fim, regular legislativamente todos os *negócios* pendentes entre as potências habilitadas à exploração e os descobridores inabilitados [...], um desses descobridores foi incontestavelmente Portugal; e foi também este pobre velho que maior registo mineral ofereceu à cobiça avara da burguesia exploradora. [...]

Carregado de documentos comprovativos da sua soberania em vastos territórios de África, Portugal provou simplesmente na conferência de Berlim que, possuindo há quatro séculos os mais produtivos territórios na África, era indigno de continuar a possuí-los²⁴⁶.

Assim, Portugal, “carregado exclusivamente de pergaminhos das suas glórias passadas, mas que atualmente na balança capitalista nada pesam”²⁴⁷, participou na Conferência de Berlim não para dar um “golpe de graça” mas sim para autoinfligir um duro golpe, de que não

²⁴⁵ “A conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

²⁴⁶ Germano, “Réplica”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 8 de fevereiro de 1885, p. 2.

²⁴⁷ Germano, “Réplica”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 8 de fevereiro de 1885, p. 2.

recuperaria. Porém, os socialistas consideravam que a conferência não fora a responsável pela “morte” de Portugal, pois essa metáfora servia-lhes para representar uma situação anterior e estrutural. A “morte” nacional proveio antes da “sua representação humilhante, com a qual convenceram as potências de que a burguesia portuguesa é simplesmente venal, negra e ociosa”²⁴⁸.

Nos inícios de 1885, apareceu uma nova esperança para Portugal no campo colonial, com uma tentativa de assertar os seus direitos no Zaire, procurando-se a sua ocupação com recurso a forças navais, a pedido dos nativos, conforme se alegava, mas que logo se frustrou por intervenção de embarcações estrangeiras²⁴⁹. Esta iniciativa foi condenada pelos socialistas, que teceram duras críticas à monarquia, estendendo-se também aos republicanos, acusados ambos de prenderem o povo com as suas intrigas. Eis como se pautaram estas críticas:

Este fiasco da política burguesa mostra que o capitalismo pátrio é tão reles quanto explorador; e que o povo anda enganado [...]

A nossa burguesia, quer monárquica, quer democrática, não tem outro valor que não o do dinheiro e da supremacia social de que goza [...].

Para encobrirem a própria culpa, aos olhos do povo intrigado, os partidos burgueses gritam uns contra os outros, desnordeando o Zé-Povinho [...].

A verdade é que o povo nada perdeu, nem ganhou. Mentem e especulam indignamente, os que armam à sensibilidade popular, falando-lhes nos tesouros, nas vantagens, nas riquezas que viriam com algumas léguas mais no continente negro. Para a política nacional, a questão colonial é a questão aduaneira. Tudo se reduz a obter mais alguns tributos ou a dar mais alguns recursos ao Estado miserável que nos domina²⁵⁰.

Finda a conferência a 26 de fevereiro de 1885²⁵¹, foi reconhecido o Estado Livre do Congo e criada uma zona de comércio livre no Zaire²⁵², enquanto a Portugal se reconheceu a

²⁴⁸ Germano, “Réplica”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 8 de fevereiro de 1885, p. 2.

²⁴⁹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 126-127.

²⁵⁰ “O Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 1 de março de 1885, p. 1.

²⁵¹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 127.

posse da margem esquerda do rio e os territórios de Cabinda, Molembo e Nóqui²⁵³. Claro está que, no decorrer deste processo, Portugal ofereceu sempre resistência às negociações propostas pelas outras potências, sendo mesmo necessário que estas impusessem um ultimato a Portugal para que reconhecesse o Estado do Congo²⁵⁴.

As sucessivas tentativas nacionais de resistir às imposições estrangeiras e em fazer valer os seus direitos históricos viriam a originar as condições que contribuirão para prejudicar as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha; neste contexto se criou uma nova situação de tensão anglo-lusa que viria a afetar profundamente a situação nacional, como adiante se aprofundará.

²⁵² LUCAS, Maria — Organização do Império in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 266.

²⁵³ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 127.

²⁵⁴ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 153-154.

5. O Ultimato inglês

Nos últimos anos da década de 1880 persistiram os esforços no sentido de reconhecer os direitos portugueses em África, como se referiu no capítulo anterior. Para este efeito, procuraram-se outros apoios para além da tradicional aliança anglo-lusa, aliás cada vez mais posta em causa, e foram organizadas novas expedições africanistas em 1887 e 1888, lideradas por António Maria Cardoso, Serpa Pinto, entre outros, visando a pacificação das áreas que constavam no “mapa cor de rosa”, na sequência das convenções assinadas em 1886 com a França e Alemanha²⁵⁵. Porém, este apoio nunca se veio a concretizar, conforme evidenciou F. A. Oliveira Martins: “Um momento, alguém julgou que a Alemanha podia substituir a Inglaterra. O desengano veio rápido e cruel. A Alemanha impediu-nos e deixou-nos”²⁵⁶.

As expedições coloniais realizadas por Portugal na década de 1880 aumentaram as tensões com Inglaterra, para o que também muito contribuíram dois fatores: o conflito com as missões escocesas em Blantyre, localizadas numa vasta área que Portugal reivindicava, compreendendo as margens oriental e sul do lago Niassa, assim como o curso do Zambeze; a ocupação da baía de Tungue, dominada pelo sultão de Zanzibar, na altura um protetorado da Grã-Bretanha²⁵⁷. À medida que o século caminhava para o fim, trazia o advento de uma crise, não só a nível colonial, mas também político, social e financeiro, este último resultante dos empréstimos sucessivos da política fontista, traduzindo-se numa fraca prosperidade e num aumento substancial de impostos²⁵⁸.

As investidas portuguesas na aquisição dos territórios localizados entre os dois territórios ultramarinos iam sendo goradas quando a Alemanha se recusou a intervir na querela entre Inglaterra e Portugal, e, em abril de 1889, chegou-se mesmo a ponderar renunciar a estas pretensões, em troca do domínio no Niassa, algo que não se concretizou, em larga parte devido ao fervor patriótico enraizado na opinião pública de então, que pretendia

²⁵⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 82-83.

²⁵⁶ MARTINS, Francisco de Assis Oliveira — *O Socialismo na Monarquia. Oliveira Martins e a “Vida Nova”*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1944, p. 265.

²⁵⁷ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 128.

²⁵⁸ HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 119.

ver satisfeitas as reivindicações de todos os territórios devidos a Portugal²⁵⁹. A este forte nacionalismo opunham-se os socialistas, que o viam como o “filho das revoluções burguesas”²⁶⁰, algo bem patente em *O Protesto Operário* que o considerava como uma extensão do sistema capitalista, como vimos nos capítulos anteriores. No artigo “A questão colonial”, os socialistas encaravam esta conjuntura colonial finissecular como a materialização das previsões patentes na teoria marxista, isto é, a antecâmara da revolução:

Que se abram os mercados, que se não abram mercados, que vença Salisbury ou Bismark, a burguesia de Manchester ou a burguesia de Berlim, os *judeus* de Amsterdão ou os protestantes que no Niassa vendem bíblias e algemam os pretos, — o caso pouco poderá arrear caminho na estrada da emancipação do proletariado.

Chegou já o período previsto por Marx e Engels em que a burguesia não pode manter as multidões, nem ao menos sob o aspeto de classes estipendiadas pelo salário!

A Revolução não tardará.

Para a Revolução preparam-se os escravizados de todo o mundo, unindo fileiras como um exército em vésperas de batalha²⁶¹.

Porém, o acordo proposto por Portugal em abril de 1889 foi desde logo declinado por Salisbury e as tensões entre as duas nações continuaram a agravar-se quando, a 7 de novembro de 1889, se procedeu à criação do distrito do Zumbo (Moçambique)²⁶², por iniciativa de José Luciano de Castro, “não tanto para afirmar, como consolidar e radicar os incontestáveis direitos de soberania da nação portuguesa sobre aquela região”²⁶³. Porém, o fator decisivo que culminou com um ultimato a Portugal iniciou-se aquando do confronto que opôs a expedição liderada por Serpa Pinto aos Macololos, que se encontravam

²⁵⁹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 128-129.

²⁶⁰ BARROS, Miguel — *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Lisboa: Ed. do autor, 2011, p. 52.

²⁶¹ “A questão colonial”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de julho de 1889, p. 1. Ver anexo 3.

²⁶² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

²⁶³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 83.

presumivelmente sob proteção inglesa²⁶⁴. A 18 de dezembro de 1889, o governo britânico protestou contra estas hostilidades e exigiu a demissão dos responsáveis. A resposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, seguiu a 20 de dezembro; por um lado, informava que tais iniciativas não tinham intenções de hostilizar a Inglaterra e que teriam sido os Macololos a iniciar as hostilidades, por outro, comprometia-se a dar garantias renovadas aos interesses ingleses²⁶⁵ e reafirmava a intenção de manter a presença portuguesa nas áreas entendidas. Sem surpresa, a resposta por parte da Inglaterra foi imediata, primeiro a 26 de dezembro de 1889, com a refutação os direitos portugueses e culminando na imposição de manter o *statu quo*, bem como na retirada das forças portuguesas sob a forma de um ultimato (11 de janeiro de 1890), tudo isto a par da realização de várias manobras por parte Marinha de Guerra inglesa. Sob esta pressão político-diplomático-militar, o governo português capitulou, evitando assim um possível conflito bélico²⁶⁶.

As reações ao Ultimato britânico foram quase imediatas e manifestaram-se num clima de fortes protestos, que não só se estenderam à imprensa mas também a outros veículos e agentes, a nível nacional, numa atmosfera de grande furor antibritânico, que se manteve aceso durante vários meses²⁶⁷. O Ultimato parecia concretizar uma previsão dos socialistas sobre a Inglaterra, que vinha já desde a Conferência de Berlim: “essa fiel aliada a quem Portugal tem amado e de quem tem recebido tantas humilhações” tornar-se-á “o carrasco que lhe dará o último golpe”²⁶⁸.

A época convidava ao exagero e, logo no dia 12 de janeiro de 1890, começaram as manifestações de rua, que envolviam multidões, como a sucedida na baixa lisboeta com atos de vandalismo à casa de Barros Gomes, e, nas semanas seguintes, a estátua de Camões foi envolvida em crepes negros e adornada com uma coroa²⁶⁹, ações condenadas pelos socialistas como sendo “pueris”, pois não seria desta forma que “a realeza caía, só porque se envolve de

²⁶⁴ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

²⁶⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 84-85.

²⁶⁶ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 174-175.

²⁶⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 88-89.

²⁶⁸ Germano, “Réplica”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 8 de fevereiro de 1885, p. 3.

²⁶⁹ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

crepes a estátua do cantor das navegações portuguesas”²⁷⁰. Organizaram-se também vários comícios, reuniões e protestos em vários pontos do país, como no Porto, onde, sob a iniciativa de Antero de Quental, se criou o movimento cívico denominado “Liga Patriótica do Norte”²⁷¹, enquanto em Lisboa foi constituída uma comissão para recolher fundos para a defesa do país, a que se chamou “grande subscrição nacional”²⁷². *O Protesto Operário* considerou então que “pedir a operários que passem fome” para que “cedam o salário [...] para a subscrição nacional” era “desumano, além de inútil”²⁷³. Na ótica deste jornal, a situação com a Inglaterra viera provocar excessos patrióticos que levaram as populações a um estado de quase barbárie, hostilizando indiferenciadamente habitantes de nacionalidade inglesa:

Porque, despedir um pobre operário por ter nascido na nação agora antagonista, pôr de fora da sua morada uma família que não se adaptava ao sentir patrioteiro de um senhorio, por ser oriunda da terra do Roast Beef [...], quebrar vidros que têm dísticos pintados, tudo isto porque apoiado, incitado mesmo, pela imprensa de todas as cores, que, com o apoio destas barbaridades, prova o seu *levantado amor pátrio*, é a nosso ver, não um sentimento patriótico, mas um sentimento de selvajaria²⁷⁴.

Estes excessos patrióticos e atos de hostilidade, percecionados pelo jornal no artigo “Patriotismo e Patrioteiros” como consequência direta da atuação da burguesia, arrastaram consigo o povo de forma a proteger os interesses da classe dominante, opondo proletários contra proletários e povos contra povos, em nome de uma “pátria”, sinónimo dos interesses do capital. Neste contexto, *O Protesto Operário* aproveita para difundir a sua doutrina internacionalista e pacifista, que tinha como inevitáveis inimigos os pilares do liberalismo: a burguesia, a propriedade, o capital, o individualismo, o nacionalismo:

E todos estes excessos porquê?

²⁷⁰ “Os acontecimentos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1890, p. 1.

²⁷¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Verbo, 1995, vol. 9, p. 89.

²⁷² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

²⁷³ “Entendamo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 27 de janeiro de 1890, p. 1.

²⁷⁴ “Patriotismo e Patrioteiros”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 27 de janeiro de 1890, p. 1.

Porque uns potentados burgueses, sempre ávidos do que o próximo possui [...] quiseram-se apoderar do que cobiçavam e que talvez pudessem alcançar sem tanto estrondo. [...]

Que, no meio em que vivemos ainda hajam ressentimentos e expansões que são inúteis, ainda toleramos, sem que, contudo, façamos com elas coro. Porque a pátria do trabalhador deve ser o universo. O operário onde se fixar, onde viva em boas condições, onde crie família, aí unirá os seus interesses aos dos seus irmãos de trabalho, aí a essa terra poderá chamar a sua pátria. [...]

Que os burgueses cheios de dinheiro, possuidores de propriedade, repletos de gozos, receiem pela perda dessas riquezas, compreende-se. É o receio de serem espoliados do que por sua vez espoliaram às massas a que chamam povo.

Este é que não pode nem deve defender-lhe os princípios, porque eles arremessá-lo-ão armado aos matadouros a que chamam campos de batalha e onde milhões de homens [...] se digladiarão num duelo monstruosamente fraticida para defender interesses de capitais, a que eles, os poderosos [...] alcunharam de *interesse da pátria!*²⁷⁵

Os socialistas portugueses não esconderam a sua indignação face à conduta “infame da burguesia inglesa”²⁷⁶, que usara o argumento da força contra os mais fracos. Porém, verificase uma tentativa clara por parte do Partido Socialista de se distanciar dos restantes protestos nacionais face à situação provocada pelo Ultimato, assumindo uma atitude distinta, ou seja, preferiu evidenciar e analisar as principais motivações por detrás da conduta, que, como *O Protesto Operário* repetidamente afirmou, diziam respeito ao sistema capitalista, pois o conflito anglo-português não era mais do que “um desses conflitos que saem naturalmente dos próprios vícios do atual regime económico”²⁷⁷. Assim, para a Inglaterra, a apropriação de África era feita não por “amor à glória” mas sim “por amor do interesse”, nem tão-pouco tinha como fim “acabar com a escravatura” mas sim “reduzir novas populações à escravidão assalariada”²⁷⁸. A prática de exploração dos ingleses assentava na convicção de que, na “luta pela vida, os mais fortes e mais astuciosos serão os vencedores”, e o “princípio científico

²⁷⁵ “Patriotismo e Patrioteiros”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 27 de janeiro de 1890, p. 1.

²⁷⁶ “Distingamos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de fevereiro de 1890, p. 1.

²⁷⁷ “Distingamos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de fevereiro de 1890, p. 1.

²⁷⁸ “Distingamos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de fevereiro de 1890, p. 1.

achado por Darwin é o lema político da burguesia inglesa”; como tal, “em nome do mais forte, o mais débil ficou humilhado”, de forma semelhante à humilhação sentida pelo “operário a quem o patrão despede”²⁷⁹. Este artigo, sugestivamente intitulado “Distingamos...”, elenca numerosas ações de dominação política opressiva da Inglaterra sobre outros povos e nacionalidades, numa alusão ao darwinismo social²⁸⁰, mas adverte que tal política era gizada pela classe dominante, pelo que o ódio generalizado ao inglês era injustificado.

Igualmente da comoção nacional gerada pelo Ultimato britânico trata o artigo intitulado “Vida Nova”, que apela à canalização dessa nova energia para a formação de um movimento liderado e protagonizado pelas massas trabalhadoras:

Para onde vamos? Ninguém o sabe. O país acordou subitamente, mas acordou estremunhado, após um comprido sono de muitos anos. [...] Mas qual o norte para onde se dirigem os mais desencontrados esforços, qual o caminho que poderão seguir as legiões inflamadas? É o que todos perguntam. Ao movimento falta direção, tendência eficaz, orientação assente e definida.

É necessário que nos preparemos para evitar futuros desaires, dizem-nos todos. Também assim pensamos. No estado atual, nós, que não somos patriotas, que proclamamos por pátria todo o universo [...] também sentimos a afronta. [...]

Mas como remediá-la? É a interrogação permanente. Robustecendo o exército ao soldo dos dirigentes? O exército, tal como ele existe na maior parte dos países, é a negação da justiça. Um mal não nos deve levar a um mal maior. [...] O exército eficaz seria o povo armado, a nação armada, robustecida pela couraça de uma crença forte, que por enquanto ainda não existe. Devemos procurar novas alianças? Devemos. Mas a aliança verdadeira só pode estabelecer-se entre os povos, nunca por sugestões dos

²⁷⁹ “Distingamos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de fevereiro de 1890, p. 1. Ver Anexo 4.

²⁸⁰ Curiosamente, o periódico vinha publicando em folhetim, desde 12 de janeiro de 1890, o texto “Darwinismo Social” da autoria do anarquista Émile Gautier. Este jornalista e jurista foi, a par de Kropotkine e alguns outros libertários, um dos mais destacados implicados no “Processo dos 66”, na cidade de Lyon, em 1883 (relativo às manifestações violentas dos mineiros e aos atentados à bomba ocorridos no ano anterior); terá sido o primeiro a usar a expressão “darwinismo social”, que deu título a um opúsculo publicado em Paris, no ano de 1880, aqui traduzido por João Ramos Lourenço.

governos. [...] Quereríamos a federação internacional das nações. Mas por agora, esse ideal é uma esperança fugaz, somente uma esperança... [...]

O que é preciso no entanto é *vida nova*. Vida de ações, não de palavras. [...]

Façamos nós o que devemos fazer. A infâmia de uma classe, a classe rica e dirigente, tem-nos arrastado ao sorvedouro da degradação moral.

Pois que se una o povo, que se una sob uma bandeira única a classe que trabalha e sofre, tomando nas suas mãos o destino do país.

O capitalismo é a causa dos nossos males...

Abaixo com ele em todas as nações!

Fogo com ele!

Se isso se não pode fazer já, trabalhem para o realizar amanhã²⁸¹.

Certo é que o poder político tentou refrear os ânimos e os protestos; três dias após o Ultimato britânico, caíra o governo progressista de José Luciano de Castro, sendo substituído por um executivo regenerador, liderado por Serpa Pimentel, que se empenhou em reprimir o clamor nacionalista e patriótico, a fim de renovar as suas negociações com Inglaterra²⁸². Este clima de repressão não passou em claro nas páginas do periódico socialista:

Doeu-nos sim, o atropelo da liberdade, a cilada armada à boa-fé de muita gente, a maneira brutal porque se agarraram muitos homens, atirando-os para bordo dos navios de guerra, como se os direitos individuais fossem coisa morta, sem nenhum valor.

Porque deitam eles mão da repressão odienta, coibindo manifestações platónicas, de puro sentimentalismo, quando mais azado será tolerá-las e permiti-las?²⁸³.

Este artigo do jornal *O Protesto Operário* enfatizava o facto de não se perceber as intenções concretas dessas manifestações, mas acreditava faltar ao povo e ao país, “a couraça de uma ideia, a consciência de uma força, a envergadura de um ideal grande e alevantado”²⁸⁴.

²⁸¹ “Vida nova”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 9 de fevereiro de 1890, p. 1.

²⁸² ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

²⁸³ “Os acontecimentos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1890, p. 1.

²⁸⁴ “Os acontecimentos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1890, p. 1.

Neste clima de desorientação, *O Protesto Operário* decidiu transcrever um texto da autoria de Antero de Quental, “Expição”, que havia sido publicado pouco tempo antes, num número especial do jornal *A Província*. Com a sua chancela moral, o escritor denunciava os vícios de quatro décadas do rotativismo monárquico e lembrava que a ressurreição nacional só se faria por duas vias: “Trabalho e pensamento”:

Portugal expia, com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade, 40 anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos — 40 anos de paz profunda, que uma sorte raríssima nos concedeu e que só soubemos malbaratar na intriga, na vaidade, no gozo material, em vez de os aproveitar no trabalho, na reforma das instituições e no progresso. Sob o insulto imprevisto, esta nação parece agora acordar; mas é necessário que o protesto nacional seja ao mesmo tempo um ato de contrição da consciência pública. Reconhecer os erros passados será já um começo de emenda; e temos muito, muito que emendar. O nosso maior inimigo, não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário.

Declamar contra a Inglaterra, é fácil: emendarmos os defeitos gravíssimos da nossa vida nacional será difícil; mas só essa desforra será honrosa, só ela salvadora. Portugal ou se reformará política, intelectual e moralmente ou deixará de existir. [...]

Não é com canhões que havemos de afirmar a nossa vitalidade nacional, mas com perseverantes esforços da inteligência e da vontade, com trabalho, estudo e retidão. [...]

Esse dinheiro que o povo português, num ímpeto de paixão patriótica, vai dar sem contar, para inúteis armamentos, melhor se empregaria no fomento da indústria nacional e na reforma e alargamento da instrução pública. Trabalho e pensamento: uma vida nacional não tem outras bases, e é disso que acima de tudo precisamos para a restauração deste organismo social tão enfermigo e depauperado. Semearíamos assim para o futuro, e o nobre entusiasmo deste momento, consolidado em factos de indefinida fecundidade, seria aproveitado todo inteiro para a obra da reforma nacional. Essa reforma, tanto tempo adiada pela inércia e pelo egoísmo, impõe-se irresistivelmente. O futuro depende todo da direcção que o movimento tomar no seu ponto de partida. Iniciado pela paixão, urge que o dirija e encaminhe

a inteligência serena. E seja a sua orientação — o levantamento da vida moral da nossa querida terra²⁸⁵.

Mas, como atrás se referiu, os socialistas não querem deixar de realçar a forte repressão policial que ocorreu no rescaldo do Ultimato para sufocar a “o movimento patriótico”, com cujos “exageros” não concordavam, mas consideravam que pior do que o “desvairamento da opinião” era o “desvairamento da força”. Daí a denúncia da violência da polícia, que “dissolve reuniões, impõe a censura nos teatros, afixa editais que parecem *ukases*, proíbe romarias”²⁸⁶, numa clara violação das liberdades.

Porém, *O Protesto Operário* lembrava também que os patriotas que tanto se ressentiam contra a Inglaterra esqueciam que outrora em Portugal “o poder colonial proveio do abuso da força”²⁸⁷ e, em algumas ocasiões, mesmo através da prática de “atrocidades inenarráveis”²⁸⁸. Deste modo, não se deviam admirar que a mesma situação ocorresse a Portugal, nem o povo inglês podia “ser responsabilizado pelas ambições dos seus governantes”²⁸⁹.

Apesar das contestações, o governo português acabou por assinar, a 20 de agosto, um tratado que cedia à pretensão de Inglaterra, estipulando os limites territoriais e fixando a livre navegação em Angola e Moçambique²⁹⁰. Os socialistas receberam inicialmente o tratado com alguma indiferença, estabelecendo como prioridade “Uma questão vital”, título de um entre vários artigos que tratava da carestia dos alimentos, designadamente o aumento dos preços do pão:

Não é do tratado anglo-luso que vamos falar. A questão colonial interessa-nos muito, mas esse interesse tem em todo o caso de se subordinar ao critério que nos impõe a nossa situação de proletários, isto é, de homens que não possuem um palmo de terra no continente negro, como não o possuem em qualquer outro ponto do mundo. [...]

²⁸⁵ Antero de Quental, “Expição”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 23 de fevereiro de 1890, p. 2.

²⁸⁶ “A situação”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 9 de março de 1890, p. 1. O termo “*ukases*” diz respeito a proclamações de um czar, de um governo ou de um líder religioso na Rússia.

²⁸⁷ R, “Considerações”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 30 de março de 1890, p. 2.

²⁸⁸ R, “Considerações”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 30 de março de 1890, p. 2.

²⁸⁹ R, “Considerações”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 30 de março de 1890, p. 2.

²⁹⁰ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

Mais do que a rapina da África, rapina essa que só nos faz lastimar que a raça negra não se levante esmagando indistintamente aqueles que a vão lá explorar, ingleses ou alemães, portugueses ou franceses, mais do que essa rapina em flagrante realização, interessa-nos a questão dos alimentos, a única verdadeira questão vital neste momento.

Ao que se anuncia, vamos ter o pão mais caro em Lisboa. O pão que já está caríssimo!²⁹¹

Com efeito, após o vendaval causado pelo Ultimato, os problemas sociais tornam a emergir nas páginas do jornal de forma preponderante, correspondendo à sua convicção e missão fundamentais. Finalmente, em setembro, surge o artigo “O Tratado”. Os socialistas, que se consideravam alheios a “tudo quanto respeita a atos de posse e propriedade”²⁹², denunciavam o referido convénio de forma ácida:

O tratado é sem dúvida um documento ignóbil, filho legítimo da violência usada pelo forte contra o fraco. É o punhal do assassino levado aos peitos da vítima sem defesa. É ignóbil e é infame! Ignóbil porque é o alarde da força nas relações sociais. Infame, porque não mata só: insulta também. Tem o cinismo do desprezo e a audácia da impunidade. É como o contrato do salário. O operário fraco negocia o aluguer dos seus braços com o burguês rico, forte pelo dinheiro. As condições todas são impostas pelo burguês. O operário sujeita-se, ou morre de fome.

A sua liberdade como indivíduo pertence desde então ao número dos factos problemáticos. Assim está, quanto a nós, o caso do tratado com Inglaterra²⁹³.

O tratado é, para os socialistas, um “reflexo do meio social”, um “espelho da injustiça dominante” e fruto da “imoralidade política burguesa”²⁹⁴; era contra a última que se devia protestar e não contra o tratado em si. Com efeito, o tratado de 20 de agosto gerou uma nova vaga de agitação em todo o país por ação dos grupos da oposição ao governo (progressistas,

²⁹¹ “Uma questão vital”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 24 de agosto de 1890, p. 1.

²⁹² “O Tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de setembro de 1890, p. 1.

²⁹³ “O Tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de setembro de 1890, p. 1.

²⁹⁴ “O Tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de setembro de 1890, p. 1.

legitimistas e republicanos), após o conhecimento dos seus termos em finais de agosto²⁹⁵, aumentando as manifestações e a repressão policial, em resposta²⁹⁶. Este tratado, considerado por alguns como “relativamente favorável aos interesses portugueses”, apesar da conjuntura desfavorável²⁹⁷ e da clara vantagem para o lado inglês, foi levado à apreciação da Câmara dos Deputados a 15 de setembro de 1890, sendo recebido com protestos, o que determinou a interrupção da sessão, vindo depois o assunto a ser ignorado, sem novas tentativas de o aprovar²⁹⁸. Entre outros aspetos, esse convénio previa o “reconhecimento da soberania inglesa em toda a região do Chire e Zambeze, a autorização a Portugal para construir estradas, caminhos de ferro e linhas telegráficas em zonas de influência britânica (norte do Zambeze), a liberdade de navegação e trânsito de mercadorias no Zambeze e Chire, liberdade de culto e ensino religiosos”²⁹⁹.

A 17 de janeiro de 1891, iniciou-se uma nova fase de negociações para o tratado anglo-luso, de modo a resolver a tensa situação política e diplomática instalada entre as duas nações, com Portugal a pretender receber o domínio das áreas na margem leste do Niassa, oferecendo em troca as áreas a sudoeste desse lago³⁰⁰. Nesse período, o movimento de protesto que vinha dos últimos meses de 1890 decresceu, e deu-se a revolta republicana no Porto de 31 de janeiro de 1891, que fracassou³⁰¹. O tratado anglo-luso de 1891 foi finalmente apresentado ao Parlamento a 1 de junho, vindo depois a ser assinado a 11 e ratificado a 27 (com troca de ratificações a 3 de julho)³⁰².

Este tratado, de acordo com *O Protesto Operário*, para os “patriotas” era “pior que o de vinte de agosto passado”³⁰³, mas foi recebido com relativa passividade³⁰⁴, tendo apenas

²⁹⁵ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 178.

²⁹⁶ ALEXANDRE, Valentim — Nação e Império in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000, vol. 4, p. 129.

²⁹⁷ PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

²⁹⁸ ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008, p. 178.

²⁹⁹ PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

³⁰⁰ PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

³⁰¹ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 148.

³⁰² PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013.

³⁰³ “O tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de junho de 1891, p. 2.

afetado as classes dirigentes, que tinham algo a perder, pelo que não prejudicou o proletariado, que “não perde nem um palmo de terreno”³⁰⁵ em África. Deste modo, *O Protesto Operário* apresenta novamente este tratado como um acordo “entre forte e o fraco, entre lobo e cordeiro”, um “ato de submissão” que evitara um “golpe de violência, no qual os ingleses haviam substituído os portugueses, que “saquearam noutros tempos, as terras africanas”³⁰⁶.

³⁰⁴ ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 149.

³⁰⁵ “O tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de junho de 1891, p. 2.

³⁰⁶ “O tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de junho de 1891, p. 2.

6. Socialistas e Republicanos: discordâncias e convergências em matéria colonial

O Partido Republicano obteve um grande crescimento entre os anos de 1879 e 1882³⁰⁷, vindo a aumentar a sua ação e influência nos tempos subsequentes. Os socialistas do semanário *O Protesto Operário* atestam esta realidade, indicando que a aprovação do tratado de Lourenço Marques, em 1879, provocara o “desenvolvimento rápido do Partido Republicano”³⁰⁸, pelas críticas pronunciadas que este havia feito contra esse convénio, obrigando o governo progressista de então a tomar medidas repressivas contra os republicanos³⁰⁹. O Partido Republicano encontrava-se fracionado em vários clubes e organizações autónomas, cada um com diferentes tendências programáticas³¹⁰, muitas vezes hostilizando-se entre si e perdendo de vista o importante, que, para os socialistas, seria a transformação da sociedade. Essa crítica, bem como o menosprezo da força desse partido que, não obstante as dissensões internas, soube capitalizar as fraquezas governativas dos monárquicos e agilizar um forte programa de oposição, estão presentes neste jornal socialista:

Composto porém, este de várias facções, todas elas animadas de um sentimento de preponderância e procurando conquistar para si o lugar de honra; dirigidas por homens sempre em contínuas divergências, uns reclamando a primazia pelo radicalismo do seu programa, outros pela seriedade, dizem eles, dos seus atos morigerados; na imprensa, decompondo-se asperamente, chamando-se traidores e outras grosserias, ou querendo organizar um novo partido, não com ideia de afirmar franca e desassombradamente os seus princípios, mas de satisfazer vinganças, servir despeitos, alimentar ódios; assim tem vindo caminhando até agora e podendo fazer muito, pelos elementos que dispõe e pelas inteligências que

³⁰⁷ CASTRO, Maria João de Abreu Mena Guimarães e — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999, p. 107. A autora afirma que esta notoriedade republicana já havia sido realçada em 1880 pelos socialistas portuenses em *O Operário*.

³⁰⁸ *O Protesto Operário*. Porto e Lisboa, 13 de janeiro de 1884, p. 2.

³⁰⁹ HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 116.

³¹⁰ HOMEM, Amadeu Carvalho — O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. 5, p. 117.

alberga no seu seio, gasta o tempo em ninharias, quando a sua ação, como partido revolucionário que é, devia ser tão vigorosa³¹¹.

Apesar das suas características fraturantes e divisões, o Partido Republicano detinha um papel bem mais pronunciado do que o do Partido Socialista. Os socialistas reconheciam esta supremacia (conseguida também pela sedução de militantes socialistas para as suas fileiras), mas nunca deixaram de criticar os republicanos que acusam de “desviar” o proletariado e de fazerem parte do grupo dos opressores:

Desde que a democracia portuguesa se dividiu em dois partidos distintos — o socialista e o republicano; e que este último se tornou preponderante, depois de ter enfraquecido o primeiro: a missão dos socialistas reduziu-se à propaganda das suas doutrinas e à crítica do republicanismo, para evidenciar o erro que os proletários cometiam dando inteira supremacia à facção democrática em que se agrupam os seus exploradores, que certamente não dirigirão o movimento revolucionário no sentido de se desapossarem dos seus privilégios, das suas regalias, do seu poder, do gozo, enfim, dos frutos da exploração do trabalho social pelo capital privado que os torna onnipotentes³¹².

Nesta conformidade, os socialistas de *O Protesto Operário* ressentiram-se com frequência da popularidade dos republicanos, dirigindo-lhes críticas de natureza vária, inclusive a sua falta de iniciativa como partido revolucionário e, conseqüentemente, por fracassarem na sua missão:

A burguesia monárquica brinca com o fogo e nós damos certezas de se queimar; e se desgraçadamente a burguesia republicana não tem sangue nas veias, os operários sabem arriscar a vida quando o último recurso é o combate, quando a sua salvação depende da sua força — e força mais do que nós, ninguém tem. O Sr. Fontes pode vencer-nos com artimanhas, mas o mais fraco de nós, pode achatá-lo com um murro. [...]

³¹¹ “A situação”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 13 de janeiro de 1884, p. 2.

³¹² “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de maio de 1883, p. 1.

Note-se, que os diretores da democracia não somos nós atualmente — são os republicanos. Note-se que a burguesia democrática tirou as forças aos socialistas afirmando que conseguiria rápidas reivindicações e prontos melhoramentos. [...]

Companheiros — a situação é bem eloquente. A burguesia quer o mando, a posse, quer a riqueza, quer a supremacia. Do povo não se importa. [...]

Uma intriga espantosa envolve o movimento democrata-burguês e prepara um golpe de mão para ferir a verdadeira democracia. — Preparemo-nos, para que, chegado o momento possamos atuar unidos e fortes, e esmagar a conspiração reacionária e os seus nojentos autores³¹³.

Até 1883, aquando da situação do Zaire, os socialistas que até aí se mostravam relativamente passivos, muitas vezes aceitando as deliberações dos republicanos, reconsideraram a sua posição e alertaram para a necessidade dos operários se agruparem à volta do único partido capaz de zelar pelos seus interesses, passando a uma ofensiva propagandística por esta altura:

Por isso, o *tratado da Índia*, o *tratado de Lourenço Marques*, a *atual questão do Zaire* como todas as questões da política internacional e externa, têm sido tratadas pelo *Protesto Operário* de uma maneira subsidiária, fazendo coro com os jornais republicanos, e deixando toda a iniciativa e toda a responsabilidade ao movimento da democracia capitalista, visto ela ter tomado para si, com aplauso do proletariado, a direção revolucionária da sociedade portuguesa.

Não queremos discutir, agora, a maneira como o Partido Republicano tem cumprido a missão que tão sofregamente tomou. [...] vimos apenas reconsiderar a nossa passividade política e darmos opinião na questão africana, movidos pelo tédio que nos tem causado a torpe especulação do sentimentalismo patriótico do povo. [...]

A questão do Zaire, [...] como todas as questões em que o povo se tem agitado [...] só mostram que a revolução que se prepara será como a de 48 em França, cheia de promessas de fé, mas pela incompetência de uns e pela

³¹³ “Preparemo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 25 de janeiro de 1885, p. 1.

criminosa intervenção de outros, a reação empolgará facilmente, burlando todas as aspirações. [...]

Se outras razões não houvesse para os operários se agruparem no Partido Socialista, bastava esta para os moverem a unir-se em redor da bandeira da sua classe — a necessidade de defenderem a República da incompetência e das traições dos chefes republicanos³¹⁴.

Demarcadas as posições socialistas e republicanas, o Partido Socialista procurou, de forma mais ou menos evidente, colaborar com o Partido Republicano nos protestos contra a monarquia em matérias coloniais, como os ocorridos aquando do tratado do Zaire (1884), altura em que *O Protesto Operário* não deixou de lavrar “o seu protesto”, mas reconheceu aguardar “as resoluções do Partido Republicano”, visto que este “tomou sobre si, o encargo de representante da democracia nacional” e “vai empreender a luta”³¹⁵. Haveria realmente a possibilidade de formação de uma frente comum contra o regime vigente, ou estas afirmações não passavam de retórica, mais ou menos mordaz? Apesar da aproximação dos socialistas aos republicanos no que toca à crítica da monarquia, *O Protesto Operário* sublinha que, com o advento da Conferência de Berlim, as ações de potências como França no campo colonial, país que vivia em regime republicano, confirmavam a tese socialista de que tanto o regime monárquico como o republicano pertenciam à classe exploradora, considerando que a democracia se encostava “à autocracia” e que a “burguesia internacional, seja ela monárquica ou republicana” é sempre burguesia³¹⁶.

Os socialistas não escondem, porém, que detêm alguma simpatia pela república, vista como um meio para atingir um fim e um veículo de combate comum à monarquia. Este posicionamento tornou-se mais evidente após os acontecimentos do Ultimato inglês, que tanta agonia trouxera à vida nacional:

Se temos algumas simpatias, essas são pela república, a bandeira completa da emancipação da burguesia.

São pela república, pela mesma razão porque o seriam pela monarquia constitucional contra o absolutismo: porque assinala um progresso no caminho da evolução humana.

³¹⁴ “A questão do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de maio de 1883, p. 1.

³¹⁵ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

³¹⁶ “Questões coloniais”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 26 de outubro de 1884, p. 1.

Mas os acontecimentos de dia 11 foram a sequência de outros anteriores. [...] Foram o derivativo lógico das tibiezas da política democrática, que não pode consistir em fazer a venda a vários jornais, mas que antes de tudo deve tender a disciplinar e a robustecer a ideia, alcançando melhoramentos para as classes populares.

A monarquia exorbita?

É certo.

Preparemo-nos todos então para lhe evitar os assaltos, mas não chamemos o povo senão quando saibamos que o não vamos entregar inerte nas mãos dos janízaros.

É esta a nossa política³¹⁷.

Os primeiros diferendos entre republicanos e socialistas em matérias coloniais verificaram-se aquando da conjuntura do Tratado do Zaire, na qual os socialistas transcrevem um texto de um jornal regenerador — que por sua vez se servira de um artigo progressista — criticando os republicanos, acusando-os de pactuar com os regeneradores por recuarem nos seus ataques ao tratado e de querer apaziguar a Inglaterra:

E mais não dizem por enquanto em abono da monstruosa convenção os patriotas berradores que em 1881 clamavam que os progressistas tinham *vendido* Lourenço Marques aos ingleses, por aprovarem violentados o pacto, feito pelos regeneradores, que lhes concedia, nesta concessão, vantagens e privilégios incomparavelmente menos importantes para eles e menos lesivos para nós, do que o verdadeiro *protetorado* que o Sr. Pinheiro Chagas agora quer que se consinta à *pérvida* Albion.

Muito bem.

O *Partido Republicano* há de perdoar, mas tem de ficar com metade da carapaça. Metade para si e metade para os seus amigos e aliados os *honestos* regeneradores³¹⁸.

³¹⁷ “Os acontecimentos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1890, p. 1. Esta simpatia pontual pelos republicanos irá contrastar com futuras críticas que o periódico lhes faz, designadamente condenando a sua ação exploradora e alienante do proletariado e do povo em geral.

³¹⁸ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 16 de março de 1884, p. 4.

Por colaborar nestas “intrigas” com a monarquia, os socialistas também culpabilizam os republicanos pela situação que Portugal atravessava no ultramar:

Além disso, a farsa africana é uma questão muito delicada na política democrática; e ainda é cedo para mostrar como o Partido Republicano se ergueu tão alto, e quem pagou a célebre agitação contra o Tratado de Lourenço Marques. O nosso periódico é muito pequeno, e relativamente pouco lido, para podermos arrancar bem a máscara a esses democratas de alcorce, que se prestam a ser os instrumentos das miseráveis intrigas que levaram o pobre Portugal a vestir-se de urso, no final da sua vida [...].

Por enquanto basta que pergunte ao Partido Republicano — Quem pagou as despesas da agitação contra o Tratado de Lourenço Marques?

E ficamos por aqui³¹⁹.

Ainda no contexto do Tratado do Zaire, o Partido Socialista, que havia organizado um comício a 4 de maio de 1884 (como vimos anteriormente), de forma a esclarecer os seus leitores no que dizia respeito a matérias coloniais, criticou novamente a inação do Partido Republicano nesta conjuntura:

Cumprindo a deliberação da assembleia, sentimos que o *Partido Socialista*, pela incrível loucura do povo trabalhador que teima em se conservar ao serviço da burguesia, em vez de se agrupar no seu partido, não possa tomar a iniciativa em tão importante assunto e deixe aos republicanos essa missão, que eles nem sabem nem podem desempenhar. [...]

O Tratado do Zaire, como bem suspeitava o *Conselho Federal do Sul* foi apresentado à discussão do Parlamento quando geralmente se supunha o seu adiamento; e não pode restar dúvida alguma de que será aprovado quase de assalto, e sem que os partidos democratas se lhe possam opor, porque os republicanos dormem o sono dos justos, e os socialistas estão forçados à inação política pela intriga e pela filúcia burguesa³²⁰.

No rescaldo da Conferência de Berlim, a opinião dos socialistas volta a centrar-se no facto de que alguns membros do Partido Republicano continuavam a pactuar com a

³¹⁹ “Preparemo-nos”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 25 de janeiro de 1885, p. 2.

³²⁰ “Tratado do Zaire”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 11 de maio de 1884, p. 1.

monarquia e defendiam a venda das colónias; tais aspetos suscitavam a crítica dos socialistas, que não perdem a oportunidade para se demarcarem e realçarem a sua visão, que consideram mais ética e humanista:

Não somos dos que concordam em que se vendam as colónias, passando-se os seus habitantes para novo senhor, como pode passar um rebanho de carneiros.

Nisto diferimos de certos republicanos, que na sua imprensa, toda patriotismo e abnegação, fazem a este respeito coro com alguns órgãos da monarquia.

Temos outras noções sobre os direitos e a dignidade humana³²¹.

Em finais do século XIX, no rescaldo do Ultimato Inglês, parece existir uma crença crescentemente pronunciada entre os socialistas de que a sua “missão” se tornava cada vez mais pertinente, já que a monarquia definhava e os republicanos não ofereciam uma alternativa aceitável, apelando então à revolução:

O mesmo movimento patriótico, incendiado pela afronta vil que cobriu de luto a alma da nação, tem servido para demonstrar a descoesão de ideias, a divisão de opiniões, o conflito de interesses [...]

O que quer esse movimento? — inquirimos nós.

— Viva o exército! — respondiam-nos os ecos tumultuosos [...]

O exército...

Nada mais incompatível com a democracia verdadeira, que apenas se pode esteirar na força da consciência e da dignidade pública! [...]

Logo, o que significava, ou o que significa ainda, esse movimento?

O protesto contra o governo inglês?... [...]

Será a reação contra a monarquia; a guerra às instituições vigentes? [...]

Os governos, sejam eles quais forem, defendem-se sempre dos seus adversários.

As monarquias defendem-se dos republicanos, como os republicanos procuram defender-se do anarquismo...

³²¹ “Capelo e Ivens”. *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 20 de setembro de 1885, p. 1.

Se está aberta a luta entre monárquicos e republicanos, essa luta não pode ser de palavras, nem de procissões cívicas, mas tem de ser feita com obras, a pólvora e a bala, como se fazem as revoluções.

Se o Partido Republicano não pode entrar nesse caminho, como é de seu dever, então confesse a sua impotência, mas abstenha-se de produzir motivos que dão em resultado o cerceamento das liberdades adquiridas, como já para aí se anuncia³²².

Assim, era óbvio que o Partido Socialista, não obstante as simpatias que tivesse pelo sistema republicano, era, de forma geral, bastante hostil ao Partido Republicano Português, afirmando que “nas pugnas dos bandos burgueses, sejam eles quais forem”, os “consideramos como inimigos naturais da classe a que pertencemos”, ou seja, “essa infeliz plebe curvada ao salário” que “o capital explora” e que “o poder mantém na servidão”³²³. Daí que os socialistas procurassem sempre diferenciar-se, ressaltando as diferenças de ideologia que separavam os dois partidos; desta forma, a sua “bandeira não é azul e branca, nem verde e encarnada”, mas sim “vermelha, cor do sangue”, e “não corresponde a uma nação”, mas “abrange todo o mundo”³²⁴. Progressismo, até radicalismo, e internacionalismo eram pois a sua bandeira.

A partir de 1890, altura em que o nacionalismo crescia e a situação de crise se agravava, os socialistas procuravam “distanciar-se da histeria nacionalista” e desprezavam mesmo “o discurso republicano”³²⁵ que, na ótica socialista, incentivava ao imperialismo e à perpetuação da exploração e do sistema capitalista. Para os socialistas, o Partido Republicano era culpado por desviar o povo que se deixava seduzir pela sua propaganda nacionalista no âmbito colonial, cooperando assim com o sistema capitalista na sua expansão em África, em vez de se agruparem no seu partido e na sua causa. Porém, a verdade é que o Partido Republicano cativou apoios entre os trabalhadores e muitos socialistas chegaram mesmo a participar na revolta republicana do 31 de Janeiro, enquanto o Partido Socialista procurou um distanciamento (por receio de intervenção governamental), afirmando mesmo que não se iria

³²² “Os acontecimentos”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 16 de fevereiro de 1890.

³²³ “A situação”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 9 de março de 1890, p. 1.

³²⁴ “O Tratado”. *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de setembro de 1890, p. 1.

³²⁵ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 83.

tornar um “Partido Operário Republicano”, e mostrando-se “intransigente quer com os monárquicos quer com os republicanos”³²⁶.

³²⁶ MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 83-84.

Conclusão

O Partido Socialista Português patenteou uma visão fortemente crítica e negativa da política governativa de Portugal ao longo da sua história colonial, desde logo reprovando a sua falta de adaptabilidade à mudança dos tempos e fraco incentivo à produtividade, fazendo o país depender exclusivamente das suas colónias, com ênfase no Brasil.

A concentração dos esforços nacionais em África no século XIX surgiram então, para os socialistas, como uma tentativa de salvaguarda dos interesses da classe dirigente, em detrimento do proletariado. Porém, era claro que, por diversos motivos, as colónias portuguesas ficaram sempre aquém da prosperidade esperada, tanto para si próprias, como para o império em geral. *O Protesto Operário* sublinha frequentemente a inaptidão dos governos da monarquia e das elites governativas ultramarinas na administração desses territórios e adverte sobre a falsa riqueza das colónias portuguesas, cujo comércio era fortemente dominado por estrangeiros. Nestes termos, não restavam dúvidas ao Partido Socialista de que o futuro do ultramar português se encontrava hipotecado, com Portugal a correr o risco de ser expropriado das suas possessões. O exemplo mais notório e que mais condicionou a ação colonizadora portuguesa foi a posição da Inglaterra, que os socialistas viam com hostilidade, dirigindo ásperas críticas às humilhações sucessivas que esta sempre impusera a Portugal, mas centrando-se, como seria de esperar, na atualidade das décadas de 1880 e 1890, de forma similar aos restantes partidos dentro (quando na oposição) e fora da esfera governativa, nomeadamente os republicanos e legitimistas, considerando que a Grã-Bretanha manietava toda a governação portuguesa.

Esta submissão em relação à Inglaterra era resultante do sistema capitalista, como *O Protesto Operário* bem evidencia, e espelhava-se nos tratados celebrados entre os dois países, sistematicamente pouco vantajosos ou francamente desfavoráveis a Portugal, não conseguindo os governos da monarquia tirar proveito da aliança anglo-lusa. Como vimos, os Tratados da Índia e de Lourenço Marques ocorreram antes da fundação do jornal em análise, pelo que este apenas os invocou aquando da questão do Tratado do Zaire, que os socialistas condenaram veementemente.

A nível internacional, ou europeu, o fenómeno colonizador foi desde logo considerado não só um reflexo do mal-estar social que se vivia a nível global, mas como um meio utilizado pelo sistema capitalista a fim de prolongar a sua existência através da procura de

novos mercados e de matérias-primas durante crises de sobreprodução. Esta explicação minimalista (assente no materialismo histórico) do fenómeno é naturalmente insuficiente para se compreender todo o movimento colonizador ocorrido nas últimas três décadas de oitocentos, mas compreensível à luz das teorias socialistas que então vigoravam, em particular a teoria marxista, utilizada como a base teórica para a compreensão da colonização.

Desde a sua fundação, em 1882, mas sobretudo a partir de 1884, *O Protesto Operário* revelou as suas preocupações relativas à temática do colonialismo, pela premência de competir com o crescimento do Partido Republicano, que então aumentava em popularidade, particularmente entre o povo trabalhador, que justamente constituía a base do Partido Socialista e o público-alvo do seu periódico. Neste sentido, o periódico reiterou a sua condenação da monarquia portuguesa, entidade débil e opressora, eco de épocas precedentes, sucessivamente apoiada em ideias desatualizadas, incapazes de gerir o país, que assim ficara historicamente à mercê das decisões de outras nações.

A questão colonial e a corrida a África é ainda preocupação deste periódico por estar intimamente ligada ao sistema capitalista, a braços com crises sucessivas e a necessidade de se revitalizar através da expansão para o continente africano, e assim criar os meios legais que validassem tais “negócios”, vindo esta a ser a razão atribuída para a convocação da Conferência de Berlim (1884-1885), pela Alemanha de Bismarck, uma nação com elevados índices de industrialização, vivendo até uma crise de superprodução.

A temática colonial foi abordada abundantemente em *O Protesto Operário* nos anos da Conferência de Berlim, mas esta frequência decaiu nos anos seguintes para regressar na conjuntura que culminou no Ultimato Inglês. O clima de comoção nacional que lhe sucedeu suscitou uma grande produção jornalística, traduzindo-se na esperança de uma mudança radical nas condições sociais (e de regime) e, novamente, de combate à popularidade republicana que, por esta altura atingia, o seu auge. O distanciamento do Partido Socialista relativamente aos sentimentos patrióticos nacionais, se perceptível desde a década de 1880, atingia nesta conjuntura o seu ponto máximo de expressão, com os artigos do *Protesto Operário* a adquirem um tom cada vez mais reflexivo e, simultaneamente, propagandístico, incidindo não tanto na condenação da Inglaterra, mas na crítica à situação interna portuguesa.

Atuando inicialmente de forma subsidiária ao Partido Republicano, os socialistas procuraram demarcar-se deste último a partir de 1883-84, altura em que pretendem tomar para si a “missão” de ilustrar os trabalhadores na questão colonial, culpabilizando-se mesmo os

republicanos de “sabotarem” a ação do Partido Socialista entre estes. Não obstante a simpatia dos socialistas para com o sistema republicano, a questão colonial afigurou-se como um elemento fraturante entre os dois partidos. *O Protesto Operário* critica a aparente “cooperação” entre o Partido Republicano e a monarquia, renunciando às suas próprias convicções, como quando procurara apaziguar as pretensões inglesas, à semelhança da monarquia. Outro ponto de divergência dizia respeito à venda das colónias defendida por alguns republicanos (bem como por alguns monárquicos), princípio ao qual o Partido Socialista se opunha convictamente por razões éticas. Apesar dos socialistas também afirmarem que as colónias portuguesas eram pouco produtivas e mesmo prejudiciais, deduz-se que tal postura se devia a razões de propaganda e como elemento distintivo. Por fim, as restantes divergências diziam respeito à inércia revolucionária dos republicanos mas, sobretudo, à instrumentalização que este partido fez da questão colonial e do nacionalismo, de forma a aliciar o proletariado a juntar-se às suas fileiras; para os socialistas, os republicanos também representavam a burguesia e, ao pactuar com este regime, o povo estaria a contribuir para o alastramento e reforço do capitalismo, que, na sua voracidade, pretendia englobar o continente africano.

Porém, as alternativas oferecidas pelos socialistas à problemática da colonização nunca se fizeram em moldes verdadeiramente pragmáticos, nem se constituíam como propostas concretas, pertencendo mais ao campo do utópico, como seria de esperar da ideologia que professavam, servindo como exemplo a sua noção de “patriotismo”, entendida como amor universal, ou o conceito de “civilização” que, apesar de não ser claro, sugere uma conduta desinteressada. Neste âmbito, aquando das expedições portuguesas em África, os socialistas defendem que tais iniciativas deveriam ser realizadas em prol do avanço do conhecimento humano e não como um feito de glória nacional. É frequente o uso dos termos “revolução” e “revolução social”, as únicas soluções mais “tangíveis” que o *Protesto Operário* oferece à questão colonial (e social), tanto a nível nacional como internacional, na esperança de que também os povos africanos se juntassem na luta comum contra um sistema explorador, num claro apelo ao internacionalismo.

Longe de ser um estudo conclusivo, esperamos com este trabalho ter aprofundado um pouco mais o estudo do socialismo em Portugal, em particular no âmbito da complexa temática colonial, assunto a carecer de novas leituras historiográficas. Como pistas de futuras investigações neste domínio, sugere-se a análise comparativa com jornais republicanos e de

outras tendências ideológicas, nomeadamente periódicos anarquistas, de forma a oferecer uma visão mais ampla e transversal desta matéria. Não menos importante seria o estudo comparativo do discurso socialista português com o de outras nacionalidades, mormente de países europeus com interesses coloniais, buscando pontos de contacto e afastamento.

Fonte e Bibliografia

Fonte:

O Protesto Operário. Lisboa e Porto, 1882-1885; Lisboa, 1886-1891.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim — *A questão colonial no Parlamento (1821-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, 2008.

ALEXANDRE, Valentim — *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

ALEXANDRE, Valentim — *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Estampa, 1971.

AXELSON, Eric — *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.

BARROS, Miguel — *O ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século*. Lisboa: Ed. do autor, 2011. (Dissertação de Mestrado apresentada ao ISCTE).

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) — *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

CASTRO, Maria João de Abreu — *O Operário (1879-1882) e o movimento socialista no Porto*. Porto: Ed. do autor, 1999. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

DROZ, Jacques (dir.) — *História Geral do Socialismo*, volumes 3. Lisboa: Livros Horizonte Lda., 1972.

FONSECA, Carlos — *A origem da 1.^a Internacional em Lisboa: o centenário da federação portuguesa*, 2.^a ed. Lisboa: Estampa, 1978.

GUIMARÃES, Ângela — *Uma corrente do colonialismo português: A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

MARTINS, Francisco de Assis Oliveira — *O Socialismo na Monarquia. Oliveira Martins e a “Vida Nova”*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1944.

MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MÓNICA, Maria Filomena — *O movimento socialista em Portugal 1875-1934*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal, 1871-1910*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

OLIVEIRA, César — *A Comuna de Paris e os Socialistas Portugueses*. Porto: Brasília Editora, 1971.

OLIVEIRA, César — *O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.

PATRÍCIO, Miguel — Do ultimato de 1890 ao tratado luso-britânico de 1891: um ensaio de história diplomática. *RIDB*, Ano 2, nº 10, 2013, p. 11371-11413. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013_10_11371_11413.pdf> [consult. 26 de jul. 2017].

PEREIRA, José Pacheco — A origem do movimento operário no Porto: As associações mutualistas. *Análise Social*, vol. XVII (65), 1981, 1.º, p. 135-151.

REGO, Francisco Castro — *Princípios do socialismo à volta de Antero*. Macedo de Cavaleiros: Poética Edições, 2014.

SÁ, Victor de — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SANTOS, Manuela, 1998 — *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=Qu6pnMf5jfEC&pg=PA217&lpg=PA217&dq=jornais+e+revistas+portugueses+do+século+xix+correspondencia+de+portugal&source=bl&ots=clq0m2YxK_&sig=5gYw7d4WRRxYTAqcSyoMyRZEBNw&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjkwL_qwv3VAhVJ8RQKH7jAq4Q6AEIMDAB#v=onepage&q=jornais%20e%20revistas%20portugueses%20do%20século%20xix%20correspondencia%20de%20portugal&f=false> [consult. 26 de jun. 2017].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, vol. 9. Lisboa: Verbo, 1995.

SMITH, Gervase Clarence — *O III Império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

Anexos

Anexo 1 – “A Conferência de Berlim”

Dissemo-lo já, e repetimo-lo mais uma vez: quanto a nós, o apregoado interesse pela chamada colonização africana, representa apenas a aspiração burguesa do advento de novas populações à vida, ao convívio *civilizador*, e, por conseguinte, a criação de necessidades novas para essas populações semi primitivas, necessidades que, infalivelmente, se traduzirão num acréscimo de consumo para os mercados industriais.

O que se quer, falemos com franqueza, não é civilizar, nem é educar. Civilizar pelo canhão!

Educar pelo missionário de qualquer religião, que em vez de ilustrar o cérebro virgem do preto, dando-lhe noções de justiça e de direito, o vá entenebrece com dogmas absurdos, ensinando-lhe que o trabalho é um castigo divino e a fraternidade um princípio do céu, em vez de uma obrigação social!

Seria ridículo tal supor.

Não, não é isso que o burguês quer, porque ele é bastante utilitarista e bem conhece a inanidade das velhas lendas românticas. As matas virgens, as plantações verdejantes, sorriem-lhe ao cérebro, mas porque delas pode tirar em resultado prático, arrancando essas esplêndidas madeiras tão cobiçadas na Europa, trazendo aos nossos mercados a urzela, o algodão, o marfim — esses belos produtos tão procurados e tão encarecidos por isso mesmo. O solo africano redobra, além disso de valor. Os terrenos europeus estão cansados e exaustos. À força de produzir, eles repousam já frequentemente, como um corpo inanimado, e mal proporcionam o sustento para as populações laboriosas, porque o burguês não lhes modifica cientificamente os processos de cultura, nem emprega os seus capitais em explorações úteis mas pouco rendosas, como são as agrárias, relativamente. O solo africano encobre grandes filões auríferos, enormes florestas sepultas, tornadas em prodigiosas minas de carvão de pedra — e isso é o que o burguês quer, é o que ele precisa!

Deitem-se, pois, mão desses territórios, prenes de enormes riquezas; force-se o negro a descer às minas e a sujeitar-se à exploração; obrigue-se o preto em nome do progresso, a cobrir o seu corpo nu com os algodões das nossas manufaturas; e as grandes fábricas de Manchester não verão os seus produtos armazenados à falta de saída, e as esplêndidas riquezas naturais desses países desconhecidos virão encher as burras dos grandes argentários europeus.

A situação do proletariado branco, mísero indígena escravizado há inúmeros séculos pela crueldade dos fortes e dos hábeis, continuará a mesma, agravada ainda com a concorrência mortífera que lhe farão os braços desses infelizes africanos, chamados agora ao convívio da exploração e da usura. A sorte do preto será, temporariamente sem dúvida, mil vezes pior, porque ele sairá da liberdade selvagem para a opressão capitalista, da lide rotineira da tribo, para a exploração afanosa e metódica do salariado, para a miséria horrorosa do contribuinte.

Serão estes princípios, serão estas doutrinas, que a Conferência de Berlim irá afirmar, legalizando a exploração e o roubo praticado para com as populações descuidadas, que serão esbulhadas sem serem ouvidas, nacionalizadas sem mesmo o esperarem!

É uma partilha de leões, e de leões sem nobreza, mil vezes inferiores a esse selvático senhor dos bosques, porque não têm como ele a coragem e a dignidade, para só terem a astúcia e a vileza.

E o roubo, e a exploração, e a infâmia, irá acobertada com o nome de *civilização* e de *progresso*.

Será com o sagrado nome da *humanidade*, que se perpetrará a torpeza, que se cobrirá a vilania!

Mas contra isso protestámos nós; protestarão, sem dúvida, todos os nossos companheiros nas lides pela emancipação do povo.

Sim! Senhores burgueses, senhores diplomatas, senhores capitalistas. Vós ireis roubar o preto; ireis apossar-vos desse solo que a natureza entregou a todos — mas não o fareis sem o protesto da nossa consciência, sem o protesto indignado das massas trabalhadoras europeias, dessas massas tornadas brancas pelas influências naturais, que os vossos antecessores esbulharam das suas terras e que vós conservais na escravidão da ignorância e do salariado.

É neste ponto de vista, genérico, humano, prático, que a Conferência de Berlim tem para nós importância. Reconhecerá ela os direitos de Portugal, que foi o mais antigo dos piratas? Manterá a soberania portuguesa no Zaire?

Pode e deve fazê-lo. A burguesia internacional, que é inteligente e compreende o seu meio, não terá nisso relutância, porque até daí lhe advirão proventos.

A declaração da liberdade de comércio; a proibição da imposição de pautas aduaneiras; o reconhecimento da legitimidade do que cada um tem pilhado, é o que a conferência deve ter em vista.

Com o tráfico livre, o domínio colonial pertencerá de facto à potência que maior indústria e maior comércio tiver. Será essa a nação colonial.

E a soberania da tradição, o domínio piegas do sentimento, ficará sendo do país mais *lamecha* e menos conhecedor da sua época, que verá toda a sua missão reduzida ao papel ignóbil de vedeta de rapinantes, sem que ao menos daí lhe venha honra, interesse ou proveito!...

Fonte: *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 2 de novembro de 1884, p. 1.

Anexo 2 – “A expansão colonial”

Admirada superficialmente, a febre de *expansão colonial* de que vemos atacados os estadistas da burguesia, parece-nos uma doidice sem jeito, um egoísmo feroz, sem limites, que visa submeter o mundo ao seu cetro dominador.

Não é assim, porém. Não é por simples ambição de adquirir novos terrenos, por mero desejo de erguer o pavilhão do seu país, que nós vemos essa pirataria de territórios, essa disputa de bandidos, que torna a política internacional numa nesga da Calábria.

Não; não é por simples ambição que Bismark lança as garras de abutre às ilhas Carolinas — um território com 100:000 habitantes; não é por mero espanto que a França deixa mortos no Toukin e em Madagáscar milhares de seus filhos; não é por simples filantropia civilizadora que a Inglaterra sulca os mares com a sua esquadra, tornando a Ásia e a África um vasto mercado das suas especulações.

A política de expansão colonial tem outro valor, significa muito mais do que o desejo cavalheiresco do mando, porque ela não é senão um reflexo do mal-estar social, o espelho das dificuldades que assoberbam os grandes estadistas da burguesia, hoje a braços com uma transformação completa no sistema da produção e da troca de produtos. Vítor Hugo num dos seus falaciosos discursos, disse um dia aos operários: “A África é vossa. Tomai-a”. Mal sabia o grande poeta, ao propor assim abruptamente a solução da questão social, degradando as massas trabalhadoras, que seria a classe burguesa que se lançaria sofregamente sobre as áridas plagas africanas, procurando ainda ali o auxiliar para a resolução da questão que mais a preocupa e ameaça!

A descoberta da América, a circunavegação da África, ofereceram à burguesia nascente novos campos de ação. As grandes viagens dos navegadores portugueses XV século, os mercados da Índia e da China, o acréscimo dos meios de produção e da troca, imprimiram uma impulsão extraordinária ao comércio, à navegação e à indústria, colaborando eficazmente para a dissolução do sistema feudal e originando o nascimento das novas condições sociais, que caracterizaram o advento da burguesia ao poder.

Mas hoje a situação mudou por completo. Ao enorme desenvolvimento industrial dos nossos dias não tem correspondido o necessário equilíbrio proporcional na procura. Os antigos mercados desapareceram. A América inunda o mundo com os artefactos que produz e com os géneros que arranca ao seu solo fertilíssimo; a Índia, ensinada pelos ingleses, produz para si, ameaçando já invadir os mercados da Inglaterra; — numa palavra, as condições que determinaram a transformação social burguesa mudaram por seu turno, tornando hoje inevitável a nova transformação social, que os operários preconizam. As crises industriais, a acumulação de produtos, aumentando sempre pelo excesso de produção e pela escassez das encomendas, constituem um perigo social, um mal para a

burguesia, a que ela quer obstar a todo o custo, fazendo esforços vãos para obter novos mercados e para descobrir novos territórios.

Citemos para exemplo a Alemanha, essa potência a que preside hoje o primeiro génio da burguesia, o mais implacável e consciente inimigo das nossas doutrinas. Pois essa nação, a gloriosa vencedora de Sedan, atravessa hoje uma crise gravíssima. Depois de 1870 o desenvolvimento da sua indústria tem sido enorme. Em nenhum outro país se produz hoje tanto e tão barato. O seu governo tem auxiliado poderosamente o comércio da exportação, procurando criar assim uma prosperidade comercial efêmera e falaciosa.

Pois tudo isso, toda a alta sagacidade de Bismark, não tem conseguido, nem conseguirá nunca, alterar as leis fatais da produção, que não se acomodam à atual forma de organização social. E a Alemanha vê faltarem-lhe os mercados; fecharem-se-lhe as manufaturas; desenvolver-se e progredir a miséria, aumentando o pauperismo como um enorme monstro ameaçador!

Ainda mais: a Alemanha é batidas nos seus próprios mercados, a despeito do protecionismo das suas pautas. Ainda há dias desembarcou em Colónia um navio carregado de cerveja, ido da Rússia. O que quer dizer que uma poderosa fortaleza comercial alemã acaba de ser tomada, e que o chanceler de ferro se verá obrigado a tributar mais um género de primeira necessidade para o povo alemão, aumentando assim o descontentamento e a animadversão popular.

A isto, a necessidade de procurar melhorar as condições económicas da produção, que não se coadunam já com a forma de apropriação capitalista, é que visa a falsa política de *expansão colonial*. É um salve-se quem puder: uma pirataria consciente e serenamente exercida, perante a qual nada valem as declamações do patriotismo, nem os pergaminhos da história!

Mas ao lado da política colonial desenvolveram-se as grandes manifestações socialistas. Berlim, Lyon, Haia, têm-nas visto poderosas e enérgicas, nestes últimos dias.

É que a sociedade burguesa cai. E cai, porque já não corresponde às necessidades do nosso tempo, e porque a missão da burguesia como classe terminou de há muito.

Fonte: *O Protesto Operário*. Lisboa e Porto, 6 de setembro de 1885, p.1.

Anexo 3 – “A questão colonial”

Mais do que nenhuma outra, a questão colonial absorve as atenções de todos os governos, suscitando rivalidades e conflitos que se manifestam a toda a hora. Reconhecendo-se impotente para salvar o grave perigo que lhe ameaça a existência, pelo desequilíbrio sempre crescente entre a produção e a distribuição dos produtos, a classe dirigente apela para o último recurso que lhe resta, agarrando-se à política colonial como um náufrago em luta com as ondas se agarra pressuroso à tábua que o acaso lhe depara...

A política colonial não é já agora o sonho de vãs glórias, nem o desejo efêmero de dilatar conquistas. As caravelas dos navegadores não vão já como outrora afrontar os mares temerosos, devassar os continentes desconhecidos, imbuídas desse vago sentimento misterioso que os aventureiros do século XVI fazia antever os domínios recônditos do prestes João. Não há nas empresas coloniais esse cunho épico, a um tempo selvagem e grandioso, que animava as navegações passadas. Não há a fé nem o ardor guerreiro dessas épocas desaparecidas. A política colonial, disfarçada por vezes com a hipócrita tendência civilizadora, representa hoje em dia a necessidade que a classe burguesa sente de alargar um pouco mais a sua existência, adiando o problema temeroso da revolução social, que diante dela se levanta como, segundo a velha lenda, o espectro sinistro do remorso se levantava nos lautos festins dos onipotentes césaes romanos.

A burguesia precisa de estender o seu domínio até ao interior dos países onde não impera ainda o regime capitalista, não só para criar neles novos mercados onde possa colocar os produtos roubados às multidões, que se acumulam nos vastos depósitos da Europa e da América, mas ainda para levar ali a mercadoria trabalho, esses milhões de braços sem ocupação que por todas as grandes capitais abundam presentemente, semelhando vastos nateiros criados pela aluvião da miséria, onde frutificam e fervem surdamente esses gérmens de rebelião que já de quando em quando aparecem ao de cima, pondo em risco a opulenta *City*, sobressaltando a aristocrática Viena, espalhando o tumulto e a desordem nas ruas da católica Roma.

Por isso se trava entre os governantes das diversas nações essa luta de preponderância e de pirataria que leva a Inglaterra a pensar na constituição de um vasto império africano, explorando por uma companhia como a das Índias de ominosa memória; que arremessa a França para as aventuras sangrentas do Annam e do Tonkim; que atira a Itália para Massuah; que empurra a Alemanha para Zanzibar, tornando-a rival e inimiga dos interesses e do prestígio do império britânico no continente negro.

Dessa luta é ainda o reflexo, embora pálido e embaciado, a questão de Lourenço Marques, ora renovada no nosso país, questão em que evidentemente o interesse germânico esteve por trás do aparente aprumo do gabinete português...

Mas o recurso para que apela a classe capitalista, na esperança vaga de se conservar na opulência, não pode deixar de ser efêmero e enganador.

Criado pelo desenvolvimento das forças produtivas; pela transformação do antigo regime industrial; numa palavra, — pelo furacão que dispersou as indústrias tradicionais e familiares criando as grandes manufaturas, espécie de quartéis onde o exército do salariado se reúne e agrupa, — o conflito económico não pode desaparecer, antes todos os dias tende a agravar-se pelas novas aplicações mecânicas, pelos descobrimentos científicos recentes, aplicados às indústrias e às artes, sob qualquer aspeto que as encaremos.

Só desaparecerá, desaparecendo o meio social que o determina e acentua.

Daí, às dificuldades da existência material, às necessidades do estômago, digamos a frase, aliam-se as aspirações de ordem moral, os desejos dos povos para a independência e para o trabalho livre.

Que se abram os mercados, que se não abram os mercados, que vença Salisbury ou Bismark, que vença a burguesia de Manchester ou a burguesia de Berlim, os *judeus* de Amsterdão ou os protestantes que no Niassa vendem bíblias e algemam os pretos, — o caso pouco poderá arrepiar caminho na estrada da emancipação do proletariado.

Chegou já o período previsto por Marx e Engels em que a burguesia não pode manter as multidões, nem ao menos sob o aspeto de classes estipendiadas pelo salário!

A Revolução não tardará.

Para a Revolução preparam-se os escravizados de todo o mundo, unindo fileiras como um exército em vésperas de batalha...

Fonte: *O Protesto Operário*. Lisboa, 7 de julho de 1889, p. 1.

Anexo 4 – “Distingamos”

Não o podemos negar: o procedimento infame da burguesia inglesa também nos indignou, porque o argumento da força, empregado contra os fracos e os humildes, é sempre torpe e vexatório. Mas a indignação não deve apagar a reflexão. Ora, o que nos diz a reflexão, é que o conflito suscitado entre a Inglaterra e Portugal, é um desses conflitos que saem naturalmente dos próprios vícios do atual regime económico, como por exemplo os cogumelos pululam nas estrumeiras.

O que quer Inglaterra? Apoderar-se de África. Apoderar-se da África não por amor à glória, mas por amor do interesse; não para acabar com a escravatura, mas para reduzir as novas populações à escravidão salariada. O capitalista inglês, a braços com periódicas crises industriais, que ameaçam lançar nas ruas de Londres, como uma erupção de lava, as multidões revoltadas, quer abrir novos mercados. Precisa fazê-lo, para consolidar por mais algum tempo o seu predomínio, que o socialismo ameaça. Tinha a Índia, mas a grande colónia já exporta para a metrópole. Tem a Austrália, mas essa acha-se nas mesmas condições. Que fazer, senão delapidar Portugal? Na luta pela vida, os mais fortes e astuciosos serão os vencedores.

O princípio científico achado por Darwin, é o lema político da burguesia inglesa. Pela força subjuga-se a Irlanda; pela força esmaga-se a Escócia; pela força bombardeia-se o Egito; pela força faz-se guerra ao Transval; pela força abre-se caminho pelo continente negro, matando, torturando e roubando os pobres pretos, que ainda não conhecem as malandrices da civilização; e as cruezas refalsadas que se apoia na bíblia e na igreja, servindo-se da religião como de uma gazua para esbulhar riquezas...

Em frente do governo que preside Salisbury, da *British South African Company*, que tem por porta-estandarte o neto da rainha Vitória, dos mercadores de Manchester e dos traficantes de Liverpool, deparava-se um simples país. Não era a república americana, nem a autocrática Rússia, que se lança através do Afeganistão caminho das Índias, nem a poderosa Alemanha, dirigida por Bismarck. Era uma nação fraca, enervada, entregue também a um capitalismo e a uma monarquia, mas a um capitalismo inepto, a uma realeza decrépita, apoiada somente pelos exploradores das instituições. Esse país não tem exército, nem marinha, nem canhões. Revolvendo o seu passado encontra é certo títulos imorredouros de glória, cometimentos ousados, feitos grandiosos, desses que puderam na poesia inspirar um Camões e na arte criar maravilhas, poemas em pedra, como esse edifício opulento dos Jerónimos. Era o país cujos navegadores tinham ensinado o bretão a sulcar os mares; o mesmo que abrira com as suas descobertas novos horizontes ao progresso humano, criando, por assim dizer, as necessidades sociais que trouxeram por consequência o advento do capitalismo. Que importava porém isso? A força vence o direito!

As alegações históricas podem valer muito, mas não valem nada perante as exigências do presente.

A Inglaterra precisa da África: A África há de ser sua. Quem fez Methuen faz o resto. Acaso não foi gente rica inglesa quem em 1847 manteve no trono a avó do atual rei, vindo com as suas tropas, com os seus soldados mercenários, intervir nas contendas internas do país, acudindo ao apelo da sanguinária Maria II? A monarquia deve-lhe gratidão... Daí, o capitalismo português nem sequer sabe explorar as riquezas que possui! Á indústria, ao comércio, ao trabalho, prefere os papéis, a dívida nacional. Não sabe colonizar.

Precisa expropriado por utilidade pública, — concluiu gravemente o traficante londrino, lançando a vista para o mar, onde navegam os poderosos couraçados, guardas vigilantes daquele império de abutres.

Assim se passaram os factos, assim foram os factos...

Em nome do mais forte, o mais débil ficou humilhado, como por exemplo sente a humilhação o operário a quem o patrão despede, mandando-o para a valeta da miséria, como coisa desprezível.

Mas, porque assim sucederam as coisas, devemos confundir no nosso ódio todo o povo inglês?

Não!

Entre os governos e os povos há hoje um abismo. Os governos são da gente rica que tem ao seu dispor as armas de guerra, cavando um precipício de região em região. Os povos, na sua maioria, forma-os a gente pobre, a classe roubada, a multidão que tem buracos no fato, enquanto os dirigentes têm notas de banco nas algibeiras. O miserável que dorme ao relento nos bairros terríveis das margens do Tamisa, não é o acionista da *African Lakes*: é o revoltado das docas, o grevista do gás, o desgraçado sem pão que se insurgem contra a aristocracia que tem milhões.

Se alguém nos insultou, esse alguém não foi o irlandês, não foi o operário, não foi o homem que proclama como seus irmãos os explorados de todos os países. O insulto saiu da gente rica!

Mas ainda saiu da ordem social que torna incompatíveis os interesses das nações, como torna irreconciliáveis os interesses dos homens. Guerreemos, pois, o *rico*, em toda a parte, seja ele inglês ou francês, espanhol ou português, soba o africano ou potentado europeu. Combatamos a *ordem social*, que nos expõe a semelhantes desaires, vindo incomodar-nos quando descuidosos carpimos as dores do trabalho.

Mas, não nos esqueçamos para que estas violências se não deem, é preciso a união internacional dos explorados, a guerra dos proletários contra os capitalistas, a revolução que derrube as fronteiras e que faça do mundo uma só pátria.

Na derrota em que vamos é mister não perder o farol que nos guia, a solidariedade de todos os oprimidos contra todos os opressores.

Tratemos de repelir a afronta, mas vejamos bem quem nos atirou ao rosto!

Fonte: *O Protesto Operário*. Lisboa, 2 de fevereiro de 1890, p. 1.